

Os processos de urbanização e crescimento populacional, especialmente em áreas litorâneas, trazem consequências para a sociedade, meio ambiente e serviços ecossistêmicos. Em Garopaba, localizada na região centro sul do litoral catarinense, tais processos se intensificaram, provocando transformações de âmbito social e ambiental. No entanto, pouco se sabe sobre a relação do crescimento urbano com os impactos socioambientais no município, principalmente sob a perspectiva daqueles que lá residiam em momentos que precederam as mudanças. O presente estudo busca, portanto, entender o processo de urbanização e identificar impactos sociais e ambientais da área de estudo, a partir da compreensão da percepção da população do município, representada por atores sociais que testemunharam as mudanças no ambiente ao longo dos anos.

Orientador: Jorge Luiz Rodrigues Filho

Coorientador: Isa de Oliveira Rocha

Florianópolis, 2019

ANO
2019

MANUELA BRESSAN PESSOA | O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM ÁREAS COSTEIRAS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO
EM GAROPABA, SC.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E
DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM ÁREAS COSTEIRAS
E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: UM ESTUDO
DE CASO EM GAROPABA, SC.**

MANUELA BRESSAN PESSOA

FLORIANÓPOLIS, 2019

MANUELA BRESSAN PESSOA

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM ÁREAS COSTEIRAS E SUAS
IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO EM
GAROPABA, SC.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob orientação do Professor Doutor Jorge Luiz Rodrigues Filho e coorientação da Professora Doutora Isa de Oliveira Rocha.

Florianópolis, SC
2019

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Pessoa, Manuela
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM ÁREAS COSTEIRAS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS:
UM ESTUDO DE CASO EM GAROPABA, SC. / Manuela Pessoa. -- 2019.
97 p.

Orientador: Jorge Luiz Rodrigues Filho
Coorientadora: Isa de Oliveira Rocha
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Florianópolis, 2019.

1. Áreas litorâneas. 2. Impactos socioambientais. 3. Transformações urbanas. 4. Garopaba. I. Rodrigues Filho, Jorge Luiz. II. de Oliveira Rocha, Isa. III. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em

MANUELA BRESSAN PESSOA

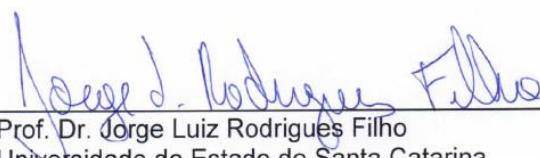
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM ÁREAS COSTEIRAS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO EM GAROPABA/SC

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre/a em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental junto ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – PPGPLAN / Profissional do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

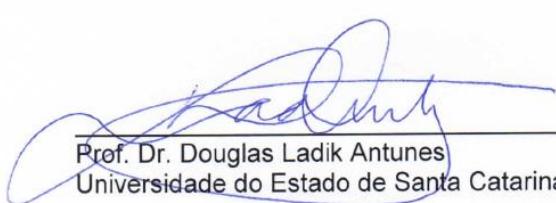
Florianópolis, 28 de agosto de 2019.

Banca Examinadora:

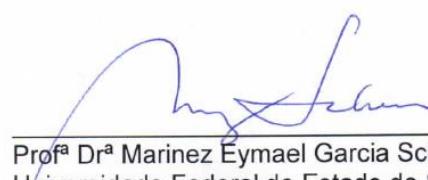
Presidente/a:


Prof. Dr. Jorge Luiz Rodrigues Filho
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:


Prof. Dr. Douglas Ladik Antunes
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:


Profª Drª Marinez Eymael Garcia Scherer
Universidade Federal do Estado de Santa Catarina

Agradecimentos

Aos meus pais, Lourival e Gisele, e à minha irmã, Vitória, por serem minhas fontes de amparo e amor. Agradeço por todo o suporte emocional, financeiro e psicológico que possibilitaram cada passo desse árduo e prazeroso percurso.

Aos meus amigos, pelo afeto, por cada afago, pela companhia e pelos diálogos tantas vezes necessários. Um beijo e um abraço especial às minhas amadas Joana, Jéssica, Simone, Bianca, Marja, Glenda e Natália, e aos meus queridos Lisandro e Thiago.

Ao meu namorado, Diogo, pelo carinho, pelos conselhos acadêmicos, pela paciência e por me proporcionar momentos de calmaria.

Ao sistema público de ensino, pela qualidade, por seu espaço democrático, pela pluralidade, pelo conhecimento compartilhado e pelos muitos momentos felizes a mim proporcionados.

Ao meu orientador, Jorge Luiz Rodrigues Filho, pelo incentivo, pelas oportunidades e, sobretudo, por ajudar a ampliar minha visão sobre pesquisa e ciência.

À professora e minha coorientadora, Isa de Oliveira Rocha, pelo estímulo, conselhos e direcionamentos.

Ao corpo docente do PPGPLAN, pela partilha do saber científico, e a todos os trabalhadores e trabalhadoras da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Agradeço imensamente a todos e todas que me receberam em seus lares, trabalhos, praças, espaços comunitários e cafés, fornecendo informações e conhecimentos imprescindíveis para os resultados deste trabalho.

Aos queridos colegas do Laboratório de Ecologia do Departamento de Engenharia de Pesca e Ciências Biológicas da UDESC de Laguna por terem me recebido de forma tão acolhedora. Um abraço especial ao Thiago, que me ajudou imensamente durante a construção dos mapas.

A todos os meus caros colegas de turma, com quem tanto aprendi, dividi e sorri.

Com amor, meu muito obrigada a tudo, a todos e a todas.

PESSOA, Manuela Bressan. O processo de urbanização em áreas costeiras e suas implicações socioambientais: um estudo de caso em Garopaba, SC.
Dissertação – PPGPLAN/UDESC. Florianópolis, 2019.

Resumo

Os processos de urbanização e de crescimento populacional, especialmente em áreas litorâneas, trazem consequências para a sociedade, meio ambiente e serviços ecossistêmicos. Em Garopaba, localizada na região centro sul do litoral catarinense, tais processos se intensificaram e provocaram transformações de âmbito social e ambiental. No entanto, pouco se sabe sobre a relação do crescimento urbano com os impactos socioambientais no município, principalmente sob a perspectiva daqueles que lá residiam em momentos que precederam as mudanças. Desta forma, o presente estudo busca entender o processo de urbanização e identificar impactos sociais e ambientais da área de estudo. Além disso, a pesquisa pretende compreender a percepção da população do município, representada por atores sociais que testemunharam as mudanças no ambiente ao longo dos anos. Para tal, parte-se de uma revisão bibliográfica acerca da temática central do estudo, seguida de uma análise dos resultados de entrevistas parcialmente estruturadas, aplicadas com pessoas que residem no município há, pelo menos, 20 anos. Os resultados obtidos mostram a presença de mudanças, positivas e negativas. Os impactos socioambientais mais citados pelos entrevistados foram: a melhoria da infraestrutura urbana (91,67%), a mudança do modo de vida tradicional (90%), descarte de esgoto de forma inadequada (76,67%) e construção em áreas de preservação permanente (50%). Em suma, o município ainda oferece bom padrão de qualidade de vida, muito embora tenha passado por mudanças socioeconômicas e ambientais, positivas e negativas, que caminharam de forma conjunta e inter-relacionada. Ressalta-se que o desenvolvimento de políticas públicas de gestão territorial deve acompanhar o vertiginoso crescimento populacional e urbano, para que possam dar suporte ao ordenamento territorial e à manutenção da qualidade de vida e do meio ambiente.

Palavras-chave: *áreas litorâneas, impactos socioambientais, transformações urbanas, Garopaba.*

Abstract

Population growth and the urbanization process, especially in coastal areas, have brought consequences for society, the environment and ecosystem services. In Garopaba, located in the coast of Santa Catarina State – south of Brazil – the processes of population growth and urbanization have become more intense, which provoked social and environmental changes. However, little is known about the relationship between urban growth and its socio-environmental impacts in the municipality, especially from the perspective of those who have been living there since the moments that preceded the changes. Thus, the present study seeks to understand the urbanization process and to identify social and environmental impacts in the study area. In addition, this research intends to understand the perception of the municipality's population, represented by social actors who have witnessed the changes in the environment over the years. To this end, it begins from a bibliographic review of the central theme of the study, followed by an analysis of the results obtained from partially structured interviews with people who have lived in the municipality for at least 20 years. The results show both positive and negative changes. The socioenvironmental impacts most mentioned by the interviewers were: improvement of urban infrastructure, change of traditional communities' way of life, inadequate waste disposal and construction in areas of preservation. In short, the municipality still offers a good standard when it comes to quality of life, even though it has gone through socioeconomic and environmental changes, positive and negative, that occurred side by side and interconnected. It should be emphasized that the development of public policies of territorial management must accompany the vertiginous population and urban growth, in order to sustain the social welfare and preserve the environment.

Keywords: **coastal areas, socioenvironmental impacts, urban changes, socioenvironmental perception.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
METODOLOGIA	11
CAPÍTULO I - URBANIZAÇÃO, IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E O PLANEJAMENTO URBANO	18
1.1. Impactos socioambientais associados à urbanização.....	20
1.2. Ordenamento territorial e planejamento urbano	23
1.2.1. Ferramentas de gestão territorial: Estatuto da Cidade, Plano Diretor e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro	24
CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	28
2.1. Características do meio físico	29
2.2. Aspectos históricos e socioeconômicos.....	30
2.3. Uso e ocupação do solo.....	34
2.4. Saneamento básico	36
CAPÍTULO III – URBANIZAÇÃO E A PERSPECTIVA DO MORADOR: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E SUAS IMPLICAÇÕES ..	38
3.1. Impactos do meio socioeconômico	38
3.2. Impactos do meio físico-biótico	48
3.2.1. Espacialização dos impactos socioambientais do meio físico-biótico .	55
3.3. Agentes impulsores de impactos socioambientais.....	59
3.4. Os efeitos dos impactos socioambientais no bem-estar social: a perspectiva da população	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
ANEXOS	93

INTRODUÇÃO

Na última década, conforme relatório de perspectiva populacional da ONU (2017), houve um crescimento de 1 bilhão de habitantes no mundo. Ainda, o estudo prevê possibilidades de se alcançar os 8,6 bilhões de pessoas até 2030. Quando trazemos tal análise para o cenário brasileiro, censos do IBGE comprovam um crescimento populacional nas últimas décadas e estimam um total de mais de 228 milhões de habitantes em 2060 (IBGE, 2018a).

Sob uma perspectiva global, além do aumento da população, há uma alteração do padrão de ocupação do território, revelado pela maior quantidade de pessoas que vivem em áreas urbanas do que em áreas rurais (ONU, 2017). Na América Latina, por exemplo, o percentual de residentes urbanos esperados para 2025 é de 82%. No Brasil, em 2010, contabilizou-se um percentual de 84,3% da população em áreas urbanas (FARIAS *et al.*, 2017) e a previsão é de que, no ano de 2030, mais de 90% da população viva em cidades (FERRETTI, 2016). As áreas consideradas urbanas concentram cerca de 160 milhões de pessoas (BRASIL, 2017).

Ainda, com o aumento projetado para os próximos anos, estima-se que uma das áreas mais afetadas será a zona costeira, onde atualmente reside 37% da população mundial (ONU, 2017b). Conforme afirma Pereira (2015), “no processo de valorização dos espaços litorâneos, características urbanas são impregnadas à paisagem no mesmo ritmo do incremento de fluxos de pessoas e de investimentos”. No Brasil, aproximadamente 50,7 milhões de pessoas ocupam áreas litorâneas; ou seja, 26,6% da população brasileira reside nos 463 municípios da zona costeira.¹

Localizado em uma das regiões geográficas mais urbanizadas do Brasil (IBGE, 2015), o estado de Santa Catarina – com mais de 6 milhões de habitantes em 2010 (IBGE, 2010) – segue o padrão brasileiro de distribuição demográfica. Nesta região, a população urbana é de aproximadamente 84% (IBGE, 2018a), sendo que em determinadas localidades costeiras do estado

¹ Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil, 2011.

ocorre forte crescimento populacional (DESCHAMPS e DELGADO, 2014), com taxas que variam de 3,15% a 11,59%².

Do ponto de vista ambiental, as zonas costeiras apresentam inestimada importância por abrigarem elevada biodiversidade e processos ecológicos associados, possibilitando a manutenção de uma série de serviços ecossistêmicos (BARBIER *et al.*, 2011). Os serviços ecossistêmicos são aqueles que a população recebe a partir das funções do ecossistema, de forma direta ou indireta (COSTANZA *et al.* 1997), os quais são indispensáveis para a riqueza, bem-estar e sustentabilidade (COSTANZA *et al.* 2014). Eles propiciam, por exemplo, a produção de alimento, materiais para construção e roupas, remédios, regulação do clima, purificação da água, oportunidades de recreação (BURKE *et al.*, 2001).

Além de aspectos ambientais, os ecossistemas costeiros apresentam relevância social e econômica, posto que são dotados de belezas naturais e que são regiões provedoras de bens e serviços culturais, resultando, por exemplo, em alta atratividade para fixação de residência (MARTÍNEZ *et al.*, 2007). O fato de áreas costeiras serem base de distintos serviços as torna foco de esforços de conservação, que são essenciais para a preservação da biodiversidade. No Brasil, a proteção e manutenção dos recursos naturais a longo prazo se dá, entre outras formas³, por meio das unidades de conservação (MMA, 2019). Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2011, p.4), as unidades de conservação “têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional”. Corroborando esta afirmação, o estudo de Gray (2016) mostra que, globalmente, a riqueza de espécies é 10,6% maior dentro de áreas de conservação do que fora delas.

Mesmo com os esforços conservacionistas, os habitats costeiros são consideravelmente impactados pela aglomeração humana e pelo desenvolvimento e construções de infraestruturas para cidades, ocasionando poluição e alterações decorrentes (MARTÍNEZ *et al.*, 2007). Segundo Brown (2001), as cidades não são naturais, uma vez que requerem uma concentração

² Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil, 2011.

³ A exemplo: manutenção de terras indígenas e de áreas de preservação permanente.

de recursos e materiais que a natureza não pode fornecer. O autor diz ainda que muitos recursos precisam ser concentrados nas cidades para satisfazer as necessidades humanas, causando assim um grande fardo nos ecossistemas terrestres.

Dentro do contexto apresentado, a presente pesquisa visa analisar os impactos socioambientais em uma localidade costeira no litoral sul do estado de Santa Catarina. Mais especificamente, selecionou-se o município de Garopaba, o qual ao longo dos 20 últimos anos apresentou elevada taxa de crescimento demográfico, impulsionada pela atratividade turística da cidade.

Tomando como base a problemática acima debatida, busca-se responder “Quais são os impactos socioambientais relacionados ao processo de urbanização de Garopaba?”. Ainda, a concepção do presente trabalho foi formulada a partir das seguintes questões: a) Como se deu o processo de urbanização do município de Garopaba?; b) Quais são e onde estão localizados os principais impactos socioambientais atrelados à urbanização na cidade?; c) Qual a perspectiva na população local frente às alterações ambientais no município?; d) Quais são as consequências dos impactos sociais e ambientais no bem-estar social da população?

Associados aos questionamentos acima, destacam-se como objetivos específicos: fazer uma breve análise da problemática em âmbito global; revisar a formação socioespacial do território garopabense; descrever os aspectos físicos, sociais e ambientais do município; fazer um levantamento dos problemas ambientais do município; mapear os impactos ambientais encontrados; estudar a correlação entre determinados aspectos e o processo de urbanização em Garopaba; compreender o ponto de vista do morador local no que diz respeito aos impactos ambientais decorrentes da urbanização; identificar as principais consequências dos impactos socioambientais na vida da população local.

Em suma, este trabalho busca diagnosticar de que forma a urbanização alterou o ambiente sob a perspectiva dos moradores da cidade de Garopaba. Como consequência, este estudo potencialmente provê informações que alicerçam o planejamento e a tomada de decisões por parte dos responsáveis por políticas públicas na região estudada, em vistas do ordenamento territorial e a melhoria da infraestrutura urbana.

METODOLOGIA

De acordo com Luna (1988, p. 71), a pesquisa é considerada “uma atividade de investigação capaz de oferecer e, portanto, produzir um conhecimento ‘novo’ a respeito de uma área ou fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe a respeito da área ou fenômeno”. O método utilizado para a realização de uma pesquisa acaba por determinar sua problematização, seus caminhos, hipóteses e resultados. Minayo (2001, p.16) afirma que “entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”. Considerando os objetivos estabelecidos, o desenvolvimento do presente trabalho se baseou nas etapas de levantamento de dados e posterior síntese e análise.

Levantamento de dados

Considerando o acima exposto, a presente pesquisa possui caráter exploratório, uma vez que busca proporcionar uma visão geral sobre um fato (GIL, 2008) que, neste caso, diz respeito à identificação dos impactos socioambientais em Garopaba, sob a ótica da população. Desta forma, para o levantamento de dados, o trabalho partiu, a princípio, de um estudo bibliográfico e, posteriormente, da coleta de dados através de entrevistas parcialmente estruturadas.

Para o estudo bibliográfico foram utilizados artigos científicos, teses, dissertações, livros e documentos institucionais, nos idiomas português e inglês. As buscas *online* foram realizadas nas bases de dados do *Scholar Google* e *Science Direct*. Esta etapa teve como enfoque inicial a discussão mundial acerca do crescimento populacional, da importância das áreas costeiras e do processo de urbanização. Considerando esta temática, os principais termos utilizados nas buscas estavam relacionados a “urbanização em zonas costeiras”, “processo de urbanização no Brasil”, “crescimento populacional em áreas costeiras”, “serviços ecossistêmicos em áreas litorâneas”; “importância ambiental e ecológica de áreas costeiras”; “*urbanization process in coastal areas*”, “*ecological importance of coastal areas*” e “*population growth in coastal areas*”.

Ainda, buscou-se conhecimento sobre as consequências do crescimento urbano sobre a população, bem como a importância do planejamento urbano como ferramenta de ordenamento territorial. Para esta parte, foram utilizadas expressões de busca como “impactos do crescimento populacional nas áreas litorâneas”, “transformações socioespaciais relacionadas à urbanização”, “impactos sociais e ambientais decorrentes do processo de urbanização”, “ferramentas de gestão territorial”, “estatuto da cidade”, “social and environmental consequences of urbanization”, “urbanization effects on coastal areas”, “urban planning” e “coastal management”.

Foram também levantadas informações relacionadas ao processo histórico de formação do município, à infraestrutura urbana, seus aspectos físicos, demográficos e socioeconômicos. A obtenção dessas informações se deu, principalmente, através de dados do IBGE, da Prefeitura Municipal, de teses e dissertações desenvolvidas em Garopaba, livros, Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, Plano Municipal de Saneamento Básico, Plano Diretor e Plano Estadual de Recursos Hídricos das Regiões Hidrográficas 8 e 9.

A identificação dos impactos socioambientais foi feita a partir da perspectiva dos moradores do município. Segundo Souza *et al.* (2018), a avaliação da degradação de ecossistemas de uma determinada área pode ser feita através da análise da compreensão dos indivíduos sobre a realidade em que vivem, proporcionada pela Percepção Fenomenológica. A fenomenologia é uma corrente filosófica que tem como preceito a análise de acontecimentos sob a ótica da subjetividade, (MIRANDA, 2010), baseando-se em “fenômenos manifestados à consciência, a partir das vivências humanas, de modo complementar aos elementos da existência factual, habitualmente estudados pelas ciências físico-naturais” (SOUZA, 2013, p. 35).

Para a obtenção dessas informações, foram realizadas entrevistas parcialmente estruturadas e com questões previamente elaboradas. A aplicação se deu de forma presencial, com agendamentos pré-estabelecidos com os entrevistados. Segundo Laville e Dionne (1999), entrevistas parcialmente estruturadas são compostas por questões abertas, permitindo a adição de perguntas extras, caso haja a necessidade de aprofundamento das respostas.

Os autores ressaltam ainda que essa flexibilidade permite que o entrevistador conheça, de forma mais aprofundada, os saberes do entrevistado.

O público selecionado para as entrevistas foi baseado nos seguintes critérios: idade de 30 anos ou mais e residentes no município há, no mínimo, 20 anos. O recorte temporal foi estabelecido considerando os anos em que se intensificaram os processos demográficos de crescimento populacional e de migração rural-urbana – a partir do início da década de 90 –, verificados na fase de pesquisa bibliográfica⁴.

Após identificação de potenciais entrevistados, selecionou-se líderes comunitários de diferentes bairros do município. Depois, para as entrevistas posteriores, utilizou-se o método Bola de Neve, amplamente utilizado em pesquisas sociais de ordem qualitativa (BERNARD, 2005): os primeiros entrevistados indicam os entrevistados seguintes que, por sua vez, apontam as próximas pessoas a serem entrevistadas, mantendo-se os critérios estabelecidos.

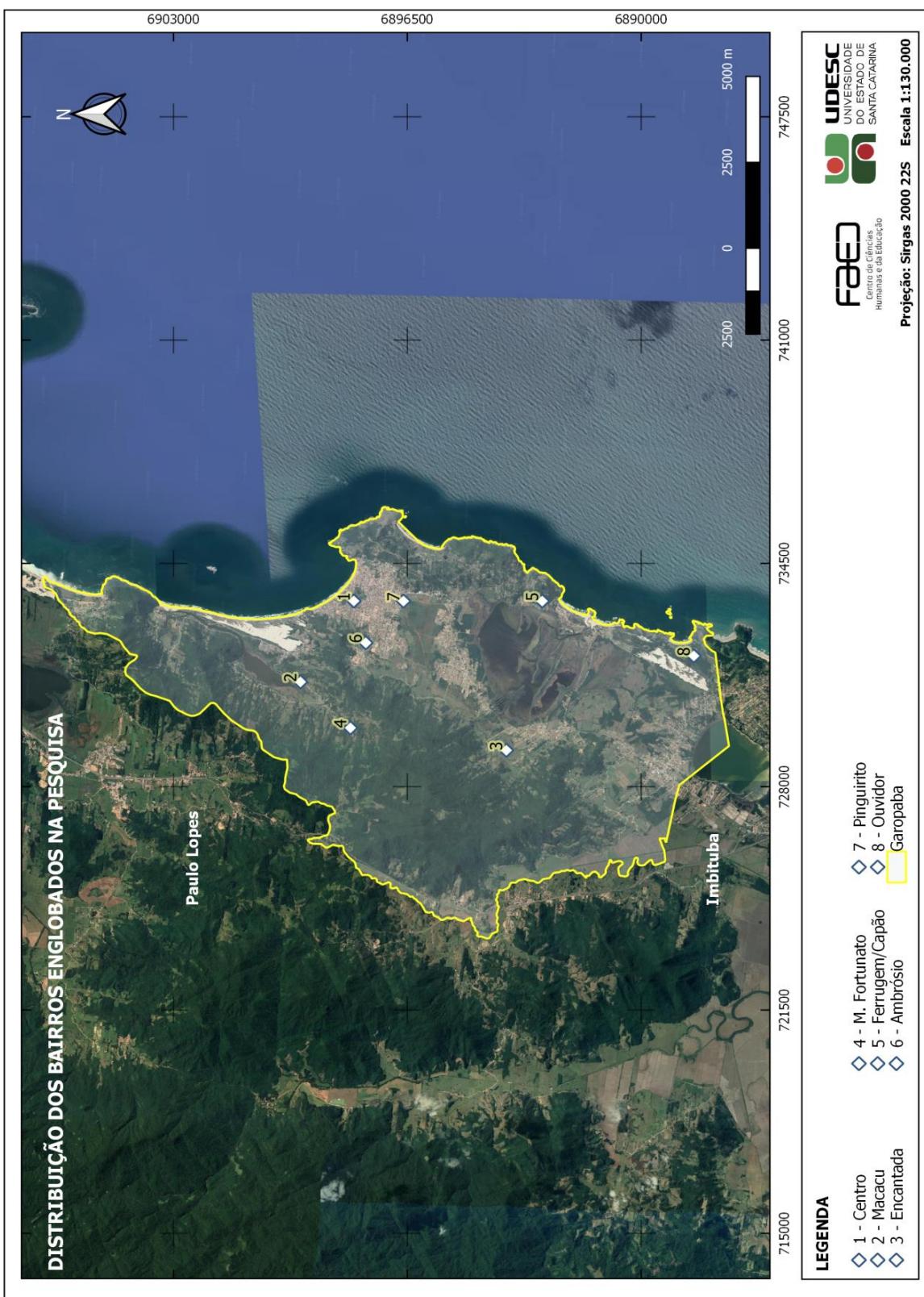
As entrevistas foram realizadas entre os dias 24 de março e 13 de junho de 2019. Ressalta-se que, antes de cada entrevista, foi exposto para o entrevistado um resumo da pesquisa, os objetivos, o tempo de realização, quais seriam as informações solicitadas e de que forma os resultados da pesquisa poderia contribuir para a comunidade. Além disso, ao final da entrevista cada pessoa foi questionada se as informações poderiam ser utilizadas no trabalho e, em caso afirmativo, foi solicitada a assinatura do termo de consentimento, modelo padrão do conselho de ética em pesquisa envolvendo seres humanos (cepsh – UDESC)⁵.

Ainda, de forma a representar a visão sobre distintas localidades do município, os entrevistados ouvidos eram residentes de oitos bairros (Figura 1), a saber: Centro, Macacu, Morro do Fortunato, Ambrósio, Pinguirito, Capão (Ferrugem), Encantada e Ouvidor.

⁴ IBGE, censos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

⁵ A entrevista aplicada com os moradores e o termo de consentimento encontram-se nos anexos deste documento.

Figura 1 - Mapa do município de Garopaba contendo os bairros onde residiam os entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora.

Síntese e análise de dados

Em posse dos dados levantados, a fase de síntese e análise foi constituída por 5 etapas: preparação, categorização, tabulação, análise e interpretação, e conclusões (LAVILLE e DIONNE, 1999; GIL, 2008). Para a primeira etapa, as entrevistas foram separadas, seus conteúdos foram transcritos e cada entrevistado foi numerado. Em um novo documento, as informações foram listadas à luz dos objetivos da pesquisa, para posterior classificação.

Segundo Gil (2008), para que as respostas fornecidas possam ser estudadas com maior cuidado, faz-se necessário seu agrupamento em categorias. Sendo assim, as informações foram categorizadas em: impactos socioambientais⁶, agentes causadores e consequências dos impactos socioambientais. Ressalta-se que a definição de impacto socioambiental adotada para este trabalho é aquela apresentada por Coelho (2009, p. 24-25), quando analisa o contexto de impactos ambientais em áreas urbanas:

“Impacto ambiental é, portanto, o processo de mudanças sociais e ecológicas causados por perturbações (...) no ambiente. Diz respeito ainda à evolução conjunta das condições sociais e ecológicas estimulada pelos impulsos das relações entre forças externas e internas à unidade espacial e ecológica, histórica ou socialmente determinada. É a relação entre sociedade e natureza que se transforma diferencial e dinamicamente. Os impactos ambientais são escritos no tempo e incidem diferencialmente, alterando as estruturas das classes sociais e reestruturando o espaço”.

As perguntas utilizadas para que se fossem obtidas as informações sobre os impactos socioambientais foram: “Você acredita que ocorreram mudanças no meio ambiente no decorrer dos últimos 20 anos, em Garopaba?” e “Quais foram essas mudanças?”.

Para fins posteriores de análise e mapeamento, os impactos socioambientais foram divididos, conforme estudo de Batista e Orth (2011) sobre indicadores para gestão ambiental urbana, em a) impactos do meio socioeconômico, que abrange fatores de uso do solo, valorização imobiliária, tráfego, paisagem urbana e redes de infraestrutura; e b) impactos do meio físico-

⁶ Este termo será adotado levando em consideração a estrita relação entre impactos ambientais e sociais, conforme discutido por Coelho (2009).

biótico, que englobam fatores como o destino dos efluentes, poluição as águas, condições de áreas úmidas e alterações antrópicas no ambiente.

Na categoria “agentes causadores” foram apresentados, segundo a opinião dos entrevistados, os principais impulsionadores dos impactos socioambientais relatados, buscando compreender sua relação com o contexto da urbanização. A forma como a vida dos moradores foi afetada pelo surgimento de novos impactos sociais e ambientais estão contidas no item “consequências dos impactos socioambientais”. Para a obtenção dessas informações, as perguntas aplicadas foram: “Em sua opinião, quais as causas dessas mudanças?” e “Quais os efeitos dessas mudanças na sua vida?”.

Na próxima etapa, a tabulação, os dados foram inseridos em uma tabela feita no *Excel*, conforme a categorização acima descrita. Foi contabilizado a quantidade de entrevistados que mencionou cada impacto, causa e consequência e, então, o valor foi calculado em dados percentuais. Ainda, foram criados gráficos para cada uma das categorias, com o objetivo de facilitar sua observação.

Na parte seguinte, análise e interpretação, cada impacto, causa e consequência foi explorado, buscando compreender a inter-relação entre os impactos sociais e ecológicos, conforme propõe Coelho (2009). Na etapa de conclusão, foi explorada a conexão do fenômeno da urbanização com os impactos socioambientais apontados pelos moradores.

Espacialização dos dados

O processo de mapeamento, comumente pautado em sobreposições de poder e disputas territoriais, costumam expressar apenas um ponto de vista (ACSELRAD E COLI, 2008). A fim de buscar o caminho contrário e abranger diferentes perspectivas, o mapa dos impactos do meio físico-biológico foi desenvolvido a partir do conhecimento de quem vive a realidade cotidiana em Garopaba⁷. A etapa de elaboração do mapa foi realizada a partir das informações fornecidas pelos entrevistados na segunda pergunta do

⁷ Optou-se pelo não mapeamento dos impactos do meio socioeconômico, por serem de natureza mais subjetiva.

questionário “Quais foram essas mudanças?”. Verbalmente, foi adicionado o pedido “cite exemplos”; então à medida em que foram listando os impactos do meio físico-biológico, eram também questionadas as suas localizações. Depois de listados os impactos e suas respectivas localizações, os pontos foram inseridos no software *Google Earth Pro* e, posteriormente, salvos em formato kml.

O software livre *QGis*, que é utilizado na criação e edição de informações geoespaciais, foi utilizado na construção do mapa. Ortofotos do município de Garopaba foram obtidas, em formato *tiff*, através do site do sistema de informações geográficas da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e inseridas no software. Os limites do município, em *shapefile*, foram baixados do site de bases cartográficas do IBGE e adicionados ao *QGis*. Por último, os pontos previamente salvos em kml foram importados ao *QGis*.

Para finalizar, o mapa foi adicionado ao compositor de impressão do software, e foram adicionados o título, a escala cartográfica, de 1 para 60.000; a grade de coordenadas, com projeção WGS 84, e a legenda, classificada por cor e nome.

CAPÍTULO I - URBANIZAÇÃO, IMPLICAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E O PLANEJAMENTO URBANO

O termo urbanização está relacionado a processos demográficos responsáveis pelo crescimento das cidades, que se intensificou a partir dos anos 50 (MCDONALD *et al.* 2008). Ainda, segundo Bao e Fang (2012), a urbanização é um processo que realoca pessoas de áreas rurais de baixa densidade para áreas urbanas de alta densidade, com uma transformação da economia, que passa a se basear na manufatura. Creel (2003) afirma que, no âmbito global, a concentração demográfica se deu no litoral e foi responsável por produzir benefícios econômicos, como o desenvolvimento urbano e industrial, produção de alimento, receita para o turismo e sistemas de transporte.

Conforme supracitado, a quantidade de pessoas que viviam em áreas urbanas aumentou no decorrer do tempo e, como consequência, cresce também o tamanho da cobertura urbana. Corroborando esta afirmação, nos países em desenvolvimento, um estudo das dimensões da expansão urbana global (Angel *et al.*, 2011) mostra que a cobertura urbana irá aumentar de 300.000km², no ano de 2000, para 1.200.000km² em 2050. Os autores ainda revelam que o Brasil ocupa a 3^a colocação entre os países com maiores áreas de cobertura urbana, com 40.000km², o que representa 0,48% de terrenos urbanos dentro do território nacional. Entretanto, muito embora as cidades ocupem uma área relativamente pequena em âmbito global, elas contêm a maior parte da população mundial e são concentrados centros de atividade (MC DONALD *et al.*, 2013).

O acúmulo de pessoas em um espaço geográfico é a consequência de um desenvolvimento urbano, associado a processos profundos e persistentes (CLARK, 1998). A partir do nascimento do modo de produção capitalista, a cidade passou a ter protagonismo, uma vez que, para gerar mais-valia e, portanto, lucro, há um investimento não apenas diretamente no processo de produção, mas também no ambiente construído que abriga infraestrutura, empresas e instituições estatais (CHRISTOPHERS, 2011). Na Europa, já na primeira fase do capitalismo, Sposito (1991) afirma que as cidades se tornaram centros da vida social e política, uma vez que a produção agrícola e a propriedade fundiária deixaram de ser os pontos de apoio da economia.

Dentro das cidades, os setores bem-sucedidos atraem investimentos futuros, gerando assim uma maior demanda de trabalho, o que provoca migração para as cidades (BLOOM *et al.*, 2008). O maior fluxo migratório rural-urbano do mundo, por exemplo, se deu devido a um elevado crescimento econômico, resultado de um conjunto de reformas econômicas na China, em 1978 (ZHANG e SONG, 2003). Já na América Latina, a rápida urbanização se deu de forma atrelada ao processo de industrialização e à introdução do modo de produção capitalista nas áreas de produção rural (LATTES *et al.*, 2002)

O estudo da urbanização no Brasil deve ser pautado em um transcurso que tem por base aspectos econômicos, políticos e socioculturais (SANTOS, 2008). Alavancados pela intensificação da industrialização e pelo aumento do crescimento vegetativo, o número de cidades e da população urbana cresceu rapidamente, especialmente no final do século XIX e início do século XX (MARTINE e MCGRANAHAN, 2010). Ainda, de acordo com Godoy e Bray (p. 185, 2003), o processo de urbanização brasileiro possui uma característica litorânea e esteve relacionado às atividades econômicas e à expansão territorial nas áreas do interior do país.

No caso de Santa Catarina, Bernardy (2013) afirma que, assim como na conjuntura mundial e brasileira, as cidades foram construídas nas zonas costeiras. O autor coloca ainda que a formação urbana catarinense se deu de forma tardia e se caracteriza pela ausência de cidades de grande porte. Deschamps e Delgado (2014) apontam que a porção litorânea do estado é considerada atrativa para quem busca oportunidades, uma vez apresenta uma dinâmica econômica intensa, especialmente nas mesorregiões da Grande Florianópolis, Norte e Vale do Itajaí.

Localizada na região centro sul do litoral catarinense, Garopaba é considerada a capital brasileira do surfe e, na temporada de verão, chega a receber cerca de 140 mil turistas⁸. A cidade apresentou um crescimento populacional de quase o dobro entre os anos 1991 e 2010, em que a população passou de 9.918 para 18.138 habitantes (IBGE, 2010). Neste período, o crescimento populacional se deu a uma taxa média anual de 2,20% - enquanto que no Brasil foi de 1,63% - e a taxa de urbanização passou de 48,27% para

⁸ Prefeitura Municipal de Garopaba, 2015.

81,45%.⁹ Além disso, junto a outros 8 municípios, Garopaba está inserida dentro da Área de Preservação Ambiental (APA) da Baleia Franca, região que conta com lagoas, áreas de restinga, dunas, ilhas, sítios arqueológicos (ICMBIO, 2018), e que sofre com a perda das suas áreas naturais, pressionadas por atividades de silvicultura, mineração e ocupação urbana (PRESTES, 2016).

1.1. Impactos socioambientais associados à urbanização

Em alguns países o processo de urbanização é visto, segundo Bai (2012), como uma ferramenta que proporciona o desenvolvimento econômico e a redução da disparidade econômica. Entretanto, Santos (p. 10, 2008), afirma que “a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (...) ainda mais pobres”. Muito embora as cidades sejam consideradas responsáveis por inovação e criação de riquezas, elas também são a principal fonte do crime, poluição e doenças (BETTENCOURT *et al.* 2007).

Turan e Bersili (2008) apontam impactos sociais negativos associados à urbanização como o desemprego, trabalho infantil, pobreza, violência e más condições de moradia. Todos estes problemas podem ainda estar relacionados a questões de saúde, uma vez que as maiores taxas de doenças psicológicas têm sido reportadas em áreas urbanas (MCKENZIE, 2008). Ainda, segundo o Boletim da Organização Mundial de Saúde (2010), doenças cardiovasculares, respiratórias e diabetes também podem estar relacionadas ao sistema de vida urbano.

O processo de urbanização propicia mudanças na divisão do trabalho e comportamentos humanos (TURAN e BERSILI., 2008), além de ser geradora de atividades que moldam o uso das áreas urbanas e influenciam as decisões políticas de governantes (MCDONALD *et al.*, 2013). Isto é, os hábitos inerentes à vida urbana trazem consigo necessidades sociais relacionadas a bens de consumo, modo de produção, fluxo de pessoas e mercadorias. Esses movimentos desencadeiam alterações na estrutura territorial, na paisagem, na

⁹ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

demandas por novos sistemas de mobilidade urbana e no consumo de energia (AZÓCAR *et al.*, 2007; ANTROP, 2004; KOTAVAARA, 2011; MADLENER e SUNAK, 2011).

O transporte urbano é um fator importante ante o processo de crescimento das cidades (ANTROP, 2004). O aumento do número de veículos provoca uma deterioração gradual do ambiente urbano, como a poluição atmosférica, poluição sonora e a necessidade de expansão de áreas para rodovias e estacionamento (MENDIOLA *et al.*, 2015). Ahmed *et al.* (2008) destacam que planejamento e política de transportes são primordiais para promover um sistema sustentável e igualitário.

O atendimento a demandas nas cidades pode estar acompanhado à supressão da cobertura vegetal e construções de infraestruturas urbanas. Como consequência, Booth (1991) destaca a alteração do sistema de drenagem natural, o que pode ocasionar mudanças no movimento e armazenamento de água. Harbor (1994), afirma que o aumento do volume de escoamento superficial pode gerar alagamentos e representar uma perda para a recarga de águas subterrâneas.

Decorrentes de variadas transformações paisagísticas, a biodiversidade é fortemente impactada pela urbanização, seja de forma direta, através da expansão territorial, ou indireta, através do uso da terra e comportamentos humanos dentro de áreas urbanas (GÜNERALP, 2013). As transformações no meio ambiente ocasionadas por ações humanas são impactos ambientais que, segundo a resolução CONAMA 01/86, definem-se como:

“Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I- a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais”.

Ainda, segundo Sánchez (2008), impacto ambiental é descrito como a alteração da qualidade do meio ambiente, a qual provoca a transformação de processos naturais ou sociais consequentes de ações humanas.

Creel (2003) aponta que transformações devidas ao ‘boom’ populacional e o desenvolvimento tecnológico, estão ameaçando os

ecossistemas que proporcionam benefícios econômicos. O aumento do consumo de recursos naturais, a perda de habitat, mudanças ecossistêmicas e, de forma geral, a degradação ambiental, coincidiram com o avanço da urbanização (MCNEIL, 2000). Ou seja, não é de se surpreender que as cidades sejam apontadas, constantemente, como fonte de diversos problemas (MCDONALD, 2013).

As áreas costeiras são palco do antagonismo entre importância ecológica e concentração de grande parte das cidades e atividades humanas (CREEL, 2003; LEE *et al.*, 2006). Dentre os impactos ambientais associados à ocupação urbana dessas regiões, destacam-se a degradação dos recursos hídricos, processos erosivos costeiros, declínio de áreas viáveis para a pesca, alterações nas populações de corais e prejuízo de habitats marinhos (HIDAYAH *et al.*, 2016; MARTÍNEZ *et al.*, 2007; XIAN *et al.*, 2007; WORM *et al.*, 2006).

Por possuírem características paisagísticas convidativas, as zonas costeiras atraem atividades relacionadas ao turismo. Lakshmi (2016) destaca que essas áreas são frequentemente submetidas ao fenômeno chamado “urbanização recreacional”, onde espaços passam a ser alterados para construção de atividades para os turistas. Entretanto, Nagendra *et al.* (2013) reforçam que as construções ao longo da costa promovem a destruição de mangues e deixam as cidades mais vulneráveis a alagamentos.

Os recursos e impactos socioambientais gerados pelo turismo atingem principalmente as populações locais. Budeanu (2007) aponta que poucos turistas mostram responsabilidade no que tange a comportamentos sustentáveis para com as comunidades de destino, as quais são afetadas de forma significativa com os impactos que se intensificam com as atividades turísticas (Brunt e Courtney, 1999; Yang *et al.* 2013; e Lopes, 2016).

Em suma, comprehende-se o impacto ambiental como resultante de processos sociais, sendo seu estabelecimento não apenas oriundo de uma relação linear de causa-efeito, uma vez que é causa e causador de mudanças sociais, econômicas e ecológicas no decorrer do tempo (COELHO, 2009). A autora diz ainda que as alterações negativas no meio ambiente incidem de forma desigual as diferentes classes sociais, alterando e modificando o espaço, de

forma que as populações menos favorecidas são as mais afetadas negativamente pelos impactos ambientais.

1.2. Ordenamento territorial e planejamento urbano

O ordenamento do território aborda uma organização do espaço de modo a melhor distribuir as ocupações, atividades produtivas, infraestruturas, áreas de conservação e territórios de populações indígenas e tradicionais¹⁰. De acordo com Vergara (1999), o ordenamento territorial demanda elevar o princípio orientador do desenvolvimento através de um conjunto de critérios-chave, que poderiam superar as deficiências e obstáculos das abordagens técnico-burocrática ou reducionistas.

A necessidade deste ordenamento surgiu em resposta a problemas sociais, econômicos e ambientais (DOUVERE, 2008) e tem como uma das ferramentas o planejamento urbano. Composto por diretrizes, políticas e ações programadas que tem por objetivo otimizar a dinâmica espacial¹¹, o planejamento urbano é pautado no diagnóstico da situação urbana atual e em previsões de cenários futuros (SOUZA, 2004). Ainda, a concepção do planejamento urbano visa “ordenar, articular e equipar o espaço, de maneira racional, direcionando a malha urbana, assim como suas áreas ou zonas, a determinados usos e funções” (HONDA *et al.*, p. 64, 2015).

De forma geral, o planejamento do espaço é uma área multifacetada, com complexas interações técnicas e sociais, e fortemente influenciada por processos políticos e culturais (DIMITROVA, 2014). Em grande parte das cidades brasileiras, por exemplo, a pauta de planejamento urbano e regulação urbanística priorizou uma cidade formal, dominada pela classe média e desvalorizou o diálogo com os mercados de baixa renda (ROLNIK, 2006). Segundo Ferrari (2004) a construção do espaço é constituída por um misto de interesses e cuja manifestação física revela as relações de poder dos seus agentes.

¹⁰ Ministério da Integração Nacional, p.18, 2006.

¹¹ Ministério da Integração Nacional, 2006.

As pressões sobre o uso do território pela rápida urbanização resultam também em mudanças ambientais nos serviços ecossistêmicos (LONG *et al.*, 2014). Estudos apontam que incorporá-los no processo de planejamento das cidades é de extrema importância social, ambiental e cultural (NIEMELÄ *et al.*, 2010; GÓMEZ-BAGGETHUN e BARTON, 2013; AHERN, CILLIERSB e NIEMELA, 2014). Para as zonas costeiras, o planejamento urbano segue a mesma linha. Burak *et al.* (2004) sugerem que ele seja pautado na sustentabilidade, visando a gestão de atividades e a proteção ambiental. Assim, considerando a gama de impactos socioambientais consequentes do processo de urbanização, soluções precisam ser encontradas dentro do contexto de planejamento territorial e urbano (MENDIOLA *et al.* 2015).

1.2.1. Ferramentas de gestão territorial: Estatuto da Cidade, Plano Diretor e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

Dentro da perspectiva do planejamento urbano, o Estado é o principal ator no que tange ao desenvolvimento de políticas territoriais, as quais são compostas por:

“Um conjunto de normas e intervenções ditadas ou adoptadas pela iniciativa pública, tendo em vista o ordenamento do território, isto é, a formação e o desenvolvimento dos centros urbanos, a distribuição espacial da ocupação do solo no interior dos mesmos e nas regiões envolventes e a sua utilização por parte dos diversos agentes”. (MAFRA e SILVA, 2004, p.9)

A Constituição Federal de 1988, em seu capítulo II, atribuiu ao município funções de controle, planejamento e gestão (HONDA *et al.*, 2015). Ainda, o artigo 182 institui a política de desenvolvimento urbano que tem por objetivo “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988).

Considerada um marco na busca por justiça social no que diz respeito ao acesso à cidade, depois de mais de 10 anos de tramitação, é criado em 2001 o Estatuto da Cidade (SILVA e ARAÚJO, 2003). Segundo Rolnik (p.203, 2006), a Lei estabelece uma “nova ordem jurídico-urbanística no país baseada no direito à moradia, na função social da cidade e propriedade, no planejamento de gestão do solo urbano como instrumento de estratégias de inclusão territorial”. O

Estatuto da Cidade surge, portanto, como um recurso legal de extrema relevância na modernização do processo de planejamento e gestão urbana (SILVA e ARAÚJO, 2003).

O principal instrumento instituído pelo Estatuto da Cidade é o Plano Diretor, elaborado com participação popular e obrigatório para as cidades com mais de 20 mil habitantes (BRASIL, 2001). Ele representa, em teoria, uma das ferramentas a serem utilizadas pelo setor público, visando um ordenamento do território mais equilibrado. Definido como um conjunto de preceitos e regras orientadoras, o plano diretor representa a leitura da cidade real, envolvendo questões das esferas urbana, social, econômica e ambiental (CASSILHA E CASSILHA, 2009). Ainda, de acordo com Villaça (1999), a ferramenta é descrita como um plano composto por um diagnóstico do município e da região onde se insere, apresentando um conjunto de proposições que visam a organização do espaço e o desenvolvimento econômico em curto, médio e longo prazos.

As relações conflituosas em ambiente urbano, especialmente aquelas econômicas e sociais, instituem uma iniquidade no que diz respeito ao acesso à cidade. Representada pelos interesses imobiliários, a elite econômica brasileira contesta o plano diretor, principalmente por simbolizar uma oportunidade para debater os “problemas urbanos” aos quais lhe convém ficar inerte (VILLAÇA, 1999). Como David Harvey (2008) já havia colocado, a qualidade de vida urbana é como mercadoria e a experiência de vida na cidade suscita uma liberdade de escolha, desde que se tenha dinheiro para pagar. Na visão de Maricato (2006) a obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor representa uma chance ímpar para ampliar o debate político e oportunizar uma cidade mais justa.

Na costa brasileira, os problemas mais expressivos são provenientes da ocupação do solo de forma desordenada e da exploração predatória dos recursos naturais (SCHERER, SANCHES e NEGREIROS, 2010). Moraes (1995) afirma que toda zona costeira, sob a perspectiva do governo federal, poderia ser classificada como prioritária para o planejamento territorial. Em 1987 a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM, estabeleceu o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro - GERCO (ASMUS *et al.*, 2006). Em 1988, através da Lei 7.661, foi estabelecido o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, que visa orientar a utilização nacional dos recursos nas zonas

costeiras e se constitui como base legal essencial do planejamento dessas áreas no Brasil (BRASIL, 1988).

O PNGC considera sete instrumentos de gestão, sendo cinco de caráter técnico e dois de caráter normativo: Planos de Gestão da Zona Costeira, Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro, Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro, Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira; Relatório da Qualidade Ambiental da Zona Costeira, Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (ASMUS *et al.*, 2006). Andrade e Scherer (2014), ressaltam a dificuldade de aplicação dos instrumentos e apontam que pouco mais da metade dos estados localizados na zona costeira apresenta algum instrumento de gerenciamento costeiro.

Em Santa Catarina, a competência para ordenar e gerenciar as zonas costeiras recai sob a responsabilidade de diferentes esferas (SCHERER *et al.*, 2006). A falta de execução dos instrumentos de gerenciamento costeiros, aliados a outros fatores, tais como a intensificação das atividades turísticas e superexploração dos recursos naturais, provoca significativos impactos ao meio ambiente (ANDRADE e SCHERER, 2014). As autoras afirmam também que o estado ainda necessita de políticas públicas e de um fundo destinado a ações para uma gestão costeira sustentável.

A responsabilidade acerca da implementação dos instrumentos de gerenciamento costeiro também se aplica aos municípios. Consolidado a partir da aprovação do PNGC II, em 1997, o plano de gerenciamento costeiro municipal deve ser planejado de forma a estruturar o sistema municipal de informações do gerenciamento costeiro; a estruturar, implementar e executar programas de monitoramento; além de promover o fortalecimento das entidades diretamente envolvidas no gerenciamento costeiro (BRASIL, 1997). Entretanto, há uma dificuldade por parte do poder público municipal em aplicar as ferramentas de gestão costeira, o que pode gerar impactos locais, afetando o bem-estar humano, ambiental e a economia (SCHERER, ASMUS e GANDRA, 2018).

Considerando a conjuntura acima debatida, percebe-se que uma organização mais justa do território depende de fatores de ordem social, cultural, jurídica, político-administrativa e ambiental. A ausência de uma reorganização

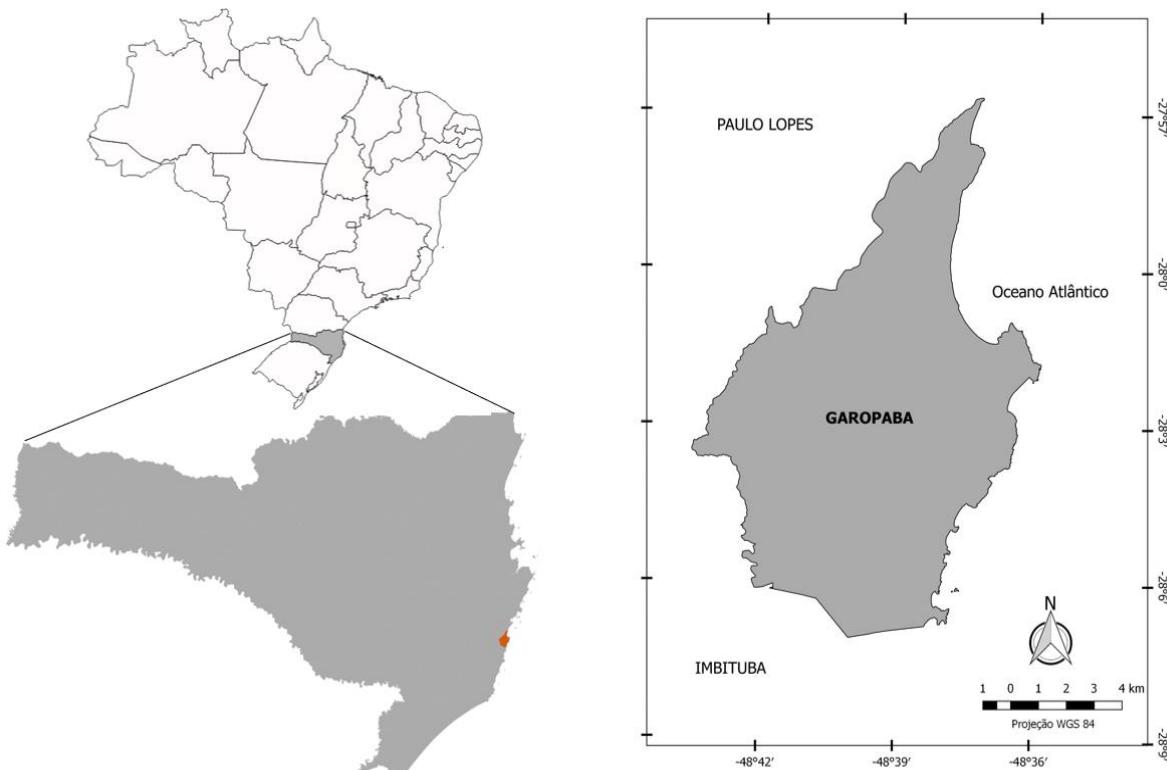
estrutural e o contínuo crescimento populacional são produtores de desigualdade e responsáveis por uma gama de impactos socioambientais negativos. Em Garopaba, problemas nesse âmbito já começam a ser constatados, especialmente após o crescimento das taxas de urbanização e das mudanças expressivas de ordem econômica e de organização social.

CAPÍTULO II - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O espaço é um fato social que, junto a suas paisagens construídas, representa momentos históricos e modos de produção (SANTOS, 2004). Sendo, portanto, um fato social, a cidade não é uma projeção da sociedade sobre o terreno (LEFEBVRE, 2001) e a dinâmica de um espaço geográfico deve ser depreendida a partir da compreensão de seus processos sociais e características naturais (PEREIRA, 2003). Portanto, para posterior análise dos impactos socioambientais em uma comunidade há de se compreender de antemão “a história da ocupação, dos modos de vida local, do conhecimento e da percepção dos atores locais (...) para que possamos comparar como era antes com o que somos agora” (VASCONCELOS e CORIOLANO, 2008).

Localizada no litoral centro-sul catarinense e com área de 115,405 km², Garopaba fica a 71km da capital do estado, Florianópolis, e tem como limites as cidades de Imbituba, ao sul, Paulo Lopes, ao norte e oeste, e o Oceano Atlântico ao leste (Figura 2).

Figura 2: Mapa de Localização do município de Garopaba, Santa Catarina.



Fonte: IBGE (2015), adaptado pela autora.

2.1. Características do meio físico

Promontórios e pontões rochosos, intercalados por praias, compõem o litoral do município de Garopaba, que se estende por 19km, onde se destacam grandes campos de dunas: um localizado ao norte, na Praia do Siriú, e outro ao sul, na Praia do Ouvidor (PMSB, 2012).

No município se manifestam características referentes ao clima Subtropical Úmido, onde há a predominância de massas de ar tropicais marítimas no verão, e entradas frequentes de massas de ar polares no inverno (MONTEIRO e SILVA, 2016). Com possibilidades de variação de 1460 a 1820mm anualmente¹², o volume de chuvas é bem distribuído em todo o território da região de estudo no decorrer do ano (SEPLAN, 1991).

A faixa costeira de Santa Catarina é composta pelas regiões fitoecológicas de Floresta Ombrófila Densa e Vegetação Litorânea (EPAGRI, 2018). Formada por áreas de restinga, dunas e mangue, a vegetação litorânea também apresenta ambientes com vegetação predominante de herbáceas e arbustivas, (VEADO e PIMENTA, 2016). A floresta ombrófila densa, por sua vez, é marcada pela influência oceânica, composta de espécies endêmicas heterogêneas (SEPLAN, 1991).

No que diz respeito à hidrografia, Garopaba está inserida em uma região propícia à atividade pesqueira, uma vez que possui enseadas, costões e ilhotes rochosos e do complexo lagunar, composta pelas Lagoas de Garopaba, de Ibiraquera e do Siriú (GAROPABA, 2012). A área de estudo apresenta duas bacias hidrográficas: a do Rio da Madre, ao norte, e a do Rio D'una, ao sul, as quais pertencem, respectivamente, às Regiões Hidrográficas (RH-8), correspondente à área do litoral-centro, e RH-9, localizada no sul catarinense (GAROPABA, 2012).

Cerca de 72% a área de Garopaba está inserida na RH-8 que abrange, total ou parcialmente, 22 municípios catarinenses e possui uma população de aproximadamente 1.071.159 habitantes – 93% na área urbana e 7% na zona rural.¹³ De acordo o documento, o setor de serviços e o industrial

¹² Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - Secretaria do Planejamento, SC, 2010.

¹³ Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina - PERH/SC, 2017a.

são os mais importantes para a economia da região. Entretanto, conforme o DNPM (2016), existe mais de 1.400 requerimentos de exploração mineral na RH-8 e 7% deles são para exploração mineral na Bacia do Rio da Madre. Estes tipos de empreendimentos podem causar impactos como aumento da turbidez nos corpos d'água, assoreamento de rios e canais, contaminação das águas por substâncias químicas (PERH/SC, 2017a).

A região Hidrográfica 9 também engloba, total ou parcialmente, 22 municípios e possui uma população total de 377.675 habitantes, onde 78% residem na área urbana e 22% na área rural (PERH/SC, 2017b). Segundo o Plano aproximadamente 30% da área de Garopaba se insere na região e, do ponto de vista econômico, os setores que mais se destacam também são os de serviços e industrial. Cabe destacar ainda que 59,04% da área desta região encontra-se com usos antrópicos, inferior aos 84,29% da RH-8 (PERH/SC, 2017b). Problemas referentes a ocupações irregulares ocorrem na área, o que pode, consequentemente, significar um problema para a drenagem urbana¹⁴.

2.2. Aspectos históricos e socioeconômicos

Os registros históricos de Garopaba trazem os índios Carijós, pertencentes ao denominado grupo indígena Guarani, como seus primeiros habitantes (GAROPABA, 2014). Souza e Meira (2018) ressaltam que o município se inseriu no contexto da expansão imperialista portuguesa, com a ocupação do litoral de Santa Catarina em direção ao Rio da Prata e a instauração dos primeiros núcleos de povoamentos. Em 1666, formado por imigrantes açorianos enviados pelo Império Português, surge o primeiro povoado onde hoje é Garopaba (VALENTIM, 2007). Não obstante, cabe destacar que se apresentam na mesma época as populações de origem africana, a quem era incumbida a mão-de-obra das atividades desenvolvidas no local (ALBUQUERQUE, 2014).

Com a instalação da armação baleeira, entre 1793 e 1795, a disposição do espaço começou a ser moldada; a capela, em um plano mais elevado, deixava transparecer a influência religiosa à época (COMERLATO, 2011). Especialmente na área central, as atividades de pesca e manufatura do

¹⁴ Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - Secretaria do Planejamento, SC, 2010.

óleo de baleia destacam-se como um dos marcos do processo ocupação, defesa e povoamento do território (GAROPABA, 2016; SOUZA e MEIRA, 2018). A atividade começou a entrar em declínio no fim do século XVIII e início do século XIX (COMERLATO, 2011), e não houve novas manifestações na dinâmica econômica do litoral catarinense, onde passou a prevalecer a pequena produção de alimentos (GUILARDI, 2014).

Após passar por diferentes processos históricos, como a elevação à vila e integração ao distrito de Palhoça, Garopaba se concretiza como município em dezembro de 1961 (JACOMEL, 2012; GAROPABA, 2015a). Conforme relatos de Besen (1980), até o fim da década de 70 Garopaba se configurava de forma simples, em termos de infraestrutura e oferta de serviços. Nesta mesma década, foram construídas as rodovias BR-101 e SC-434, principal acesso de Garopaba, as quais contribuíram de forma significativa no processo de urbanização da cidade (JACOMEL, 2012).

A partir dos anos 80, o município começou a apresentar diferentes características étnicas e culturais, uma vez que passou a despertar o interesse de surfistas e turistas vindos, principalmente, do Rio Grande do Sul (SPEROTTO, 2011; ALVIM, 2014). É dentro desse contexto que se populariza e se fortalece uma fábrica de confecção de roupas para a prática de surfe (ALVIM, 2014), a Mormaii, que em 2015 foi considerada a maior marca do esporte no Brasil (CARVALHO, 2015).

Atualmente, dentre as atividades econômicas do setor primário a pesca tem o maior destaque, especialmente a da tainha e da anchova^{15,16}. Um estudo de Filardi (2007) revela que os pescadores artesanais sentem a necessidade de manter a tradição e que suas famílias têm um tempo de profissão de 20 a 60 anos, cujas raízes remetem às gerações passadas.

Ainda, destacam-se as atividades relacionadas ao turismo, à construção civil e aos serviços públicos (GAROPABA, 2015b). Intrinsecamente ligado a estas atividades, Guilardi (2014) aponta, especialmente após os anos 90, a consolidação e expansão de empreendimentos nos ramos de alojamento e alimentação, de comércio, de reparação de veículos automotores, objetos

¹⁵ Secretaria do Estado de Planejamento: ADR Laguna, 2016

¹⁶ Prefeitura Municipal de Garopaba, 2015

pessoais e domésticos, indústrias de transformação, atividades imobiliárias e estabelecimentos de construção. Dados da Agência de Desenvolvimento Regional de Laguna (2016) corroboram a importância do setor terciário em Garopaba, cuja taxa de empregos formais é de 34,9% nas atividades de comércio e 28,9% nas de serviços.

Segundo panorama geral de trabalho e renda do IBGE, em 2016, 28,9% dos domicílios garopabenses possuíam rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, e o salário médio mensal era de 2,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 30,1% (IBGE, 2016); todavia, considerando a característica sazonal do município, a Prefeitura de Garopaba (2015) aponta uma acentuação do desemprego na baixa temporada.

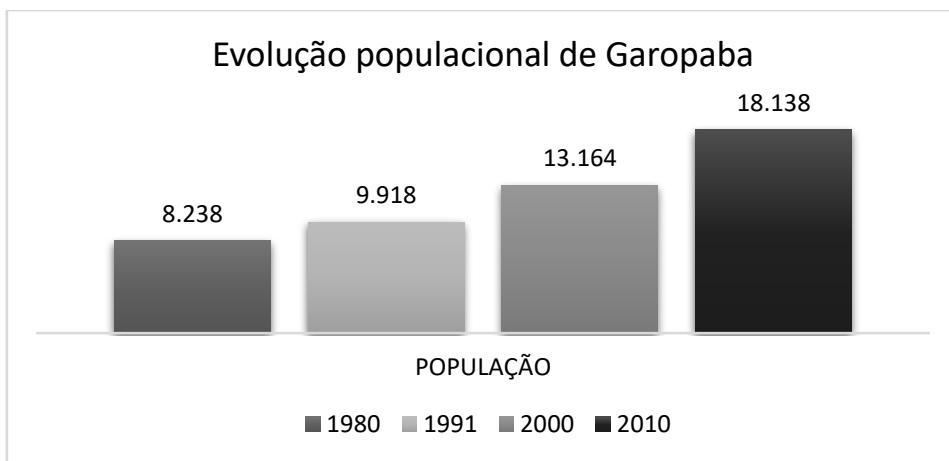
Composto por uma análise de indicadores que englobam a renda, educação e longevidade, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Garopaba, em 2010, era de 0,753 (ONU, 2010a). O valor se aproxima da média do estado – 0,774 – e deixa o município catarinense na 488º colocação em relação ao total de municípios brasileiros (ONU, 2010b). Ressalta-se que o IDHM se configura como uma importante ferramenta no apoio ao planejamento e formulação de políticas e ações públicas, além de ter se tornado um meio relevante de análise da qualidade de vida (MENEZES e POSSAMAI, 2015).

Considerando os processos históricos e sociais do município, Guilardi (2014) ressalta uma expressiva mudança na sua estrutura econômica que, a princípio, estava relacionada ao modo de vida do pequeno produtor agrícola e pescador artesanal. Esta transformação tem como base, conforme a autora, o desenvolvimento das atividades turísticas que, assim como o processo de ocupação litorânea do estado catarinense, foram pautadas na combinação de diferentes elementos socioeconômicos e naturais (PEREIRA, 2003).

As mudanças sociais, paisagísticas e demográficas que se intensificaram entre os anos 1990 e 2010, fizeram com que as populações tradicionais passassem a dividir espaço com os recentemente migrados (COSTA, 2014). Com uma população estimada de 22.568 habitantes em 2018 (IBGE), Garopaba apresentou um elevado crescimento demográfico,

especialmente após os anos 90 (Figura 3), ocasionado principalmente por processos migratórios (GUILARDI, 2014).

Figura 3: Evolução da população em Garopaba, de 1980 a 2010.



Fonte: IBGE, censos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Depreende-se através da análise da figura acima que Garopaba vem apresentando um crescimento populacional constante, sobretudo após década de 90. Dados da Agência de Desenvolvimento Regional de Laguna (2016) apontam que Garopaba apresentou a maior taxa de crescimento anual – de 1,2 até 3,2% – quando comparado com os outros municípios da região, no período de 2000 a 2010.

A dinâmica dos processos de crescimento populacional influenciou diretamente a densidade demográfica de Garopaba, a qual em 2010 (IBGE), era de 157,17 hab/km², consideravelmente acima da média catarinense (65,27 hab/km²). Assim como observado em todo estado de Santa Catarina, houve em Garopaba um deslocamento populacional das áreas rurais para urbanas, conforme apresentado na Tabela 1:

Tabela 1: Distribuição da população nas áreas rural e urbana entre os anos de 1980 e 2010.

	1980	1991	2000	2010
População Rural	5.315	4.740	2.442	2.818
População Urbana	2.922	5.178	10.722	15.320
Taxa de Urbanização	35,50%	52,20%	81,40%	84,46%

Fonte: IBGE, censos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

A tabela acima mostra que, em Garopaba, o crescimento da população urbana se deu a partir de 1991, enquanto em 1980 a configuração demográfica ainda apresentava uma característica rural. O crescimento do município é um claro representativo do processo que ocorreu no estado de Santa Catarina, onde se observou uma ampla urbanização e decréscimo da população rural, influenciados pela modernização e reestruturação das atividades do meio rural (MIOTO, 2012).

2.3. Uso e ocupação do solo

O crescimento da população e da malha urbana alteram a configuração das cidades e de os seus arredores. O adensamento populacional transmuta atividades integrantes da vida social urbana, a qual modifica as características de uso e a ocupação do solo (PERES, 2011; RAMANKUTTY e FOLEY, 1998). No litoral centro sul catarinense as características de uso e ocupação do solo estão ligadas a práticas de conservação de ambientes naturais, ao turismo e lazer, e à agricultura (SPG, 2010). Em Garopaba, as classes de uso e ocupação do solo, bem como a área que ocupam, são apresentadas na tabela 2.

Tabela 2: Classes de uso e ocupação do solo em Garopaba.

	Classes de uso e ocupação do solo	Área (km²)
Áreas antropizadas	Urbanizada	9,31
	Agricultura	3,24
	Pastagem	34,53
	Reflorestamento	0,19
	Mineração	0,14
Áreas naturais ou em recuperação do estado natural	Solo Exposto	2,18
	Corpos d'água	8,20
	Vegetação de várzeas e restingas	13,37
	Florestas secundárias em estágio médio e/ou avançado de regeneração	43,47

Fonte: Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - Secretaria do Planejamento, SC, 2010.

Através da tabela pode-se inferir que as áreas antropizadas, compostas por usos correspondentes à urbanização, agricultura, pastagem, reflorestamento e mineração, ocupam cerca de 40% do território. Das áreas naturais ou em recuperação, as florestas secundárias em estágio médio e/ou avançado de regeneração ocupam a maior porção do espaço.

O ordenamento do uso e ocupação do solo é realizado através de instrumentos legais que tenham como objetivo o desenvolvimento das funções sociais da cidade (BRAGA, 2001). O principal instrumento técnico-jurídico para a gestão do espaço urbano é o Plano Diretor, que define as diretrizes urbanísticas e institui normas de adensamento, expansão territorial e define zonas de uso do solo e redes de infraestrutura (VAZ, 1996). Ele se apresenta, na teoria, como uma ferramenta na conquista de direitos sociais e promoção da qualidade ambiental (BERNRDY, 2013); todavia, há uma grande discussão acerca de sua real aplicabilidade, uma vez que raramente são foco principal da administração municipal, além de estarem permeados por interesses de uma elite que pouco está disposta a debater os problemas urbanos (VILLAÇA, 1999 e 2005).

O primeiro Plano Diretor de Garopaba foi fixado pela Lei nº 255 de 1987 e apresentava diretrizes de caráter físico-territorial. Segundo Villaça (1999), dentro dessa perspectiva o diagnóstico compreende aspectos da realidade urbana e as propostas referem-se exclusivamente a questões físico-territoriais, que se caracterizam por ser de competência do governo municipal. Os dois objetivos do Plano de 1987, de fato, demonstram esta característica, uma vez que estavam direcionados à organização da ocupação do solo e dotação de infraestrutura que permitisse o desenvolvimento da pesca artesanal¹⁷.

O Plano Diretor de 2010, por sua vez, abrange princípios como o desenvolvimento sustentável, a justiça social e o direito universal à cidade. Instituído pela Lei nº 1.463 de outubro de 2010, este Plano possui um rol mais extenso de objetivos, que vão além do ordenamento do uso e ocupação do solo e abrangem, entre outras, questões relacionadas à valorização dos elementos naturais, paisagísticos, históricos e culturais do município, além da promoção do

¹⁷ Lei Municipal nº 255 de 1987.

desenvolvimento econômico e a justa distribuição espacial da infraestrutura urbana e dos serviços públicos.

2.4. Saneamento básico

Fazem parte da difícil tarefa da gestão de cidades a disponibilização de equipamentos urbanos e a elaboração de políticas públicas que considerem a qualidade de vida e atendam às necessidades humanas (VITTE, 2010). As transformações espaciais suscitam investimentos em infraestrutura pública (BJORVATN, 2000; BRUECKNER, 1997), seja no que diz respeito à demanda de energia, à construção de sistemas de drenagem ou ao gerenciamento de resíduos sólidos e águas residuais (MADLENER e SUNAK, 2011; MIKOVITSA *et al.* 2014; OTENG-ABABIO *et al.* 2013).

Essa problemática é ainda mais acentuada em cidades que crescem muito rápido e de forma mal planejada, onde as demandas populacionais excedem a capacidade de serviços ambientais, como o fornecimento de água potável, saneamento e tratamento e disposição de resíduos (MOOREA, GOULDB e KEARY, 2003). A oferta de saneamento básico em ambientes urbanos é uma pré-condição essencial para o desenvolvimento e um dos tópicos mais desafiadores no que diz respeito ao alijamento da pobreza e estímulo à sustentabilidade (LÜTHI *et al.*, 2009). Muito embora seja considerado um serviço público essencial, o saneamento básico não tem sido pauta principal de investimentos em infraestrutura urbana (MACHADO, 2005).

Assim como no contexto acima debatido, Garopaba também possui questões profundas a serem debatidas e resolvidas, especialmente no que diz respeito ao sistema de tratamento do esgoto. Muito embora estas questões ainda careçam de uma solução a curto prazo, a área de estudo faz parte dos 87% municípios catarinenses que possuem um Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB (IBGE, 2018b). Este plano deve apresentar diretrizes e estratégias de ações municipal acerca do saneamento básico, caracterizando-se como um instrumento de planejamento que deve ser elaborado de forma participativa (MORAES, 2009).

O PMSB de Garopaba, desenvolvido em 2012, evidencia a ausência de um sistema público de coleta e tratamento de esgoto, sendo este disposto em

fossas sépticas ou até mesmo emitido diretamente nos corpos hídricos do município¹⁸. Recentemente, a construção de um Sistema de Esgotamento Sanitário foi iniciada; entretanto, problemas com o processo de licenciamento ambiental provocaram uma intervenção do Ministério Público Federal, que apontou riscos ao meio ambiente e às atividades dos moradores locais (NSC, 2017).

No que diz respeito ao fornecimento de água, os Sistemas de Abastecimento de Água utilizam mananciais superficiais e subterrâneos e são operados através de uma gestão associada entre o município e o Governo do Estado. A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN atua como interveniente e opera, ao todo, 6 sistemas de abastecimento de água; outros 2 sistemas são independentes, com operação e manutenção realizadas pelos próprios usuários (GAROPABA, 2012).

O manejo dos resíduos sólidos fica sob responsabilidade da empresa Resamb, que coleta cerca de 800 toneladas mensais de lixo na baixa temporada, e 1.500 toneladas mensais na alta temporada (GAROPABA, 2017). A prefeitura informa ainda que o município dispõe de um sistema de coleta seletiva, cujos resíduos, após o recolhimento, passam por um processo de triagem e são tratados conforme determinações da indústria recicladora em Garopaba.

Muito embora o município ainda consiga prover um certo grau de serviços públicos, a realidade não é a mesma para todos os municípios em expansão vertiginosa. A velocidade da construção e estruturação da infraestrutura urbana não raro é menor do que a do processo de urbanização, o que provoca problemas de ordem social, econômica, política e ambiental¹⁹. O estudo desses impactos de ordem social e ambiental requer o conhecimento da história da sua produção, dos processos locais e das formas de apropriação social dos espaços da cidade (COELHO, 2009). Ainda, englobar as diferentes perspectivas da população pode complementar e enriquecer a compreensão das implicações e alterações ambientais dentro do território (BYRD, BOSLEY e DRONBERGER, 2009; WAGNER *et al*, 2019).

¹⁸ Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, 2012.

¹⁹ BOND, 1999; ICHIMURA, 2003; STEINBERG, 2007; DARAMOLA e IBEM, 2010.

CAPÍTULO III – URBANIZAÇÃO E A PERSPECTIVA DO MORADOR: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E SUAS IMPLICAÇÕES

De forma a avaliar os impactos decorrentes do crescimento urbano de Garopaba nos últimos 20 anos, foram entrevistadas 30 pessoas, dentre as quais 4 possuem de 30 a 50 anos, 21 encontram-se na faixa etária de 51 a 70 anos e 5 têm 71 anos ou mais. A população feminina que participou da resposta aos questionamentos correspondeu a 10 pessoas, enquanto a masculina foi de 20 pessoas. No que diz respeito à naturalidade, 24 entrevistados nasceram em Garopaba, enquanto os outros 6 vêm de outras cidades catarinenses ou de outros estados. Dentre os entrevistados, 10 moram no município por um período de 20 a 40 anos, e os outros 20 há 41 anos ou mais.

3.1. Impactos do meio socioeconômico

Todos os entrevistados afirmaram ter havido mudanças no município, algumas positivas e outras negativas. No âmbito socioeconômico, foram citados os seguintes impactos: mudanças comportamentais, das características do turismo, de uso e ocupação do solo, do modo de vida tradicional e das atividades agrícolas; aumento da população não nativa; conflitos na pesca; maior quantidade e diversidade de trabalho; mais trânsito; melhoria da infraestrutura urbana; desenvolvimento econômico; maior disponibilidade de serviços; aumento do custo de vida; especulação imobiliária; aumento do valor do IPTU; doenças derivadas da poluição da água; aumento da demanda no posto de saúde; maior quantidade de edificações; prejuízo à paisagem e, por fim, problemas com o fornecimento de água. A figura 5 apresenta a quantidade de pessoas que mencionaram cada impacto, em ordem decrescente.

Figura 4: Impactos do meio socioeconômico no município de Garopaba, sob a perspectiva dos entrevistados.



Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados apresentados demonstram que Garopaba passou por transmutações demográficas, econômicas, sociais e ambientais. O impacto mais citado entre entrevistados foi a mudança do modo de vida tradicional e perda das identidades territoriais, mencionado por 27 pessoas. Segundo eles, Garopaba não só transformou sua forma de organização socioeconômica, mas passou também a adquirir características mais urbanas, o que levou as atividades dos engenhos de farinha e da pesca artesanal – que eram destaque no município – a uma queda considerável.

Os produtores artesanais de farinha, conforme relatos, precisaram lidar com inovações tecnológicas, marcas maiores, mais industrializadas e, a partir de então, a quantidade de engenhos diminuiu consideravelmente. Uma pesquisa de Castellano (2015) corrobora as informações, afirmando que o declínio dos engenhos de farinha de mandioca se intensificou quando outras regiões de Santa Catarina passaram a obter êxito nas atividades agrícolas, passando a ter uma capacidade maior de atendimento a demandas alimentares.

A autora cita ainda que a queda esteve também relacionada a uma série de mudanças nas estratégias políticas na região litorânea do estado, que passaram a incentivar os setores do turismo e da construção civil.

No contexto catarinense, o crescimento da urbanização foi responsável pelo desencadeamento de novos traços da produção do espaço, influenciando na retração dos engenhos (BRAGANHOLO, 2017). Entretanto, muito embora tenha havido forte decadência da atividade em meados do século XX (FLORES, 1995), entrevistados relataram que a atividade resiste no município e que ainda funcionam cerca de 5 engenhos de farinha de mandioca.

O processo de urbanização e os impactos socioambientais em áreas costeiras afetam também os pescadores artesanais. Do total de entrevistados, 6 eram pescadores artesanais e, dentre eles, 4 falaram sobre a necessidade de buscar outras atividades à medida que a cidade foi mudando sua estrutura física e sua organização socioeconômica. Eles relatam que a atividade, atualmente, não é mais tão rentável quanto em épocas passadas. Ademais, a pesca passou a ser prejudicada pelo crescente número de casas e construções nos arredores das lagoas, pela diminuição da quantidade de pescados e pelo descarte irregular de esgoto (itens estes que serão discutidos mais detalhadamente no decorrer do trabalho).

Além disso, 8 entrevistados apontaram os conflitos na pesca como um impacto importante, uma vez que vêm se intensificando. Os pescadores entrevistados e os ouvidos em conversas informais argumentaram que houve um aumento do número de pessoas vindas de fora que muitas vezes, quando pescam, não respeitam os tamanhos ideais das malhas da rede e realizam pesca subaquática, o que pode causar prejuízo à fauna e ao ecossistema local. Existe também uma dissensão entre alguns pescadores e surfistas, quando estes desrespeitam combinados quanto à prática do surf no período da pesca da tainha. Este tipo de acordo acontece em Garopaba há quase duas décadas e limita as áreas para a prática do surf nas praias do município do dia 01 de maio a 31 de julho (GAROPABA, 2018).

Não são incomuns conflitos existentes nas atividades de pesca, como divergências entre formas de organização da produção (CARDOSO, 2001), disputas entre pescadores amadores e artesanais (TERAMOTO, 2014) ou entre

pescadores artesanais e a atividade de pesca industrial (VOYER *et al.*, 2017). Em Garopaba, um estudo de Filardi (2007) respalda e adiciona informações fornecidas pelos entrevistados, pontuando conflitos referentes ao uso de petrechos, às diferentes visões de como a pesca deve ser realizada, à invasão de áreas de pesca por outros pescadores, à pesca subaquática e às desavenças entre surfistas e pescadores, por exemplo.

Além das mudanças supracitadas que afetam o modo de vida tradicional, 17 pessoas apontam como importante impacto o aumento da população não nativa. Entrevistados relatam que os nativos que antes iam para outras cidades em busca de trabalho, têm permanecido no município. Dados do IBGE respaldam essa percepção: em 2010 a população nativa era composta por 11.136 pessoas, enquanto a não nativa era de 7.002 habitantes. Isto é, à época do último censo, 38,6% da população era proveniente de outros municípios.

As narrativas dão conta de que a chegada de outras pessoas e, por consequência, de outros modos de agir, proporcionaram mudanças comportamentais, que foram citadas por 9 entrevistados. As vestimentas e cortes de cabelo mudaram e, de acordo com as pessoas ouvidas, enquanto no período anterior aos anos 90 era possível distinguir o nativo do não nativo pelo seu modo de vestir, atualmente, não há mais essa possibilidade. Roupas e cortes de cabelo ficaram mais padronizados, relataram.

Os entrevistados disseram também que, acompanhando as mudanças comportamentais dentro do percurso histórico, houve um crescimento do individualismo e da liberdade. Ainda, relatam que atualmente os hábitos alimentares são outros e passaram a se basear em produtos mais industrializados. O nível de escolaridade é maior, uma vez que as gerações seguintes passaram a ter mais acesso ao ensino básico e superior. Os entrevistados, em especial os mais velhos, apontam mudanças no modo de criação dos filhos e que as mulheres passaram a buscar trabalho não relacionados ao cuidado dos filhos e do lar.

Um estudo de Greenfield (2016), corrobora a visão acima descrita e conclui que o comportamento humano muda a fim de se adaptar às novas condições de um mundo cada vez mais urbano, formalmente educado e tecnológico. Segundo a autora, os comportamentos passam a ser mais

individualistas, as relações de gênero passam a ser mais igualitárias, a importância do materialismo aumenta e os valores mudam.

Essas mudanças também se manifestam dentro das atividades turísticas. Segundo 4 entrevistados, o turismo – que no fim da década de 60 e início da década de 70 apresentava traços do movimento *hippie*, dentro do contexto da contracultura – apresentou mudanças expressivas, com características do turismo de massa. Por ser um turismo mais exploratório, essa alteração trouxe consequências negativas para o meio ambiente e para a população local afirmam os entrevistados.

As atividades agrícolas também passaram por um processo de transição, que foi citado por 15 entrevistados. Segundo eles, antigamente, a agricultura tinha um caráter de subsistência, familiar e que não fazia uso de agrotóxicos ou de métodos mecanizados. Realidade que hoje não é mais a mesma. Muito embora ainda existam moradores que trabalham com a agricultura, em especial nas localidades da Encantada e Capão, os entrevistados ressaltaram que muitos deixaram de trabalhar com a roça, uma vez que é um trabalho árduo, cansativo e não tão lucrativo e provido de direitos trabalhistas como outros tipos de trabalho atualmente ofertados no município.

Os entrevistados relataram ainda que, há cerca de 50 anos, as plantações cobriam grande parte das áreas de morros do município, enquanto atualmente são compostas por vegetação secundária. Esta é uma das mudanças no uso e ocupação do solo, o segundo impacto do meio socioeconômico mais citado, por 24 pessoas. Borelli (2007) ressalta a intensificação do uso e ocupação do solo na costa brasileira, acentuando problemas ambientais, como disposição inadequada de esgoto e de resíduos sólidos que, por sua vez, podem desencadear problemas para o turismo, a pesca e para a saúde pública.

Em Garopaba, problemas como esses já são visíveis, particularmente nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, quando doenças derivadas da poluição da água passam a se manifestar de forma mais frequente, conforme afirmam 2 entrevistados. Este fato, junto ao crescimento populacional no período citado, acaba por desencadear uma questão de saúde pública, com o aumento

da demanda nos postos de saúde, em especial no Centro, o que foi citado por 3 entrevistados.

Além das questões acima debatidas, as características do uso e ocupação do território municipal mudaram drasticamente e moradores apontam não ser mais possível fazer a criação de animais dentro do perímetro urbano, em especial no centro do município. Locais de produção de óleo de baleia e engenhos de farinha também eram comuns nessa área, que agora é tomada por uma diversidade de estabelecimentos que variam entre lojas, restaurantes, escritórios, hotéis e pousadas.

Para suprir as necessidades destas instalações comerciais e satisfazer a crescente demanda por moradia e casas de veraneio, houve um aumento expressivo na quantidade de edificações, o que foi apontado por 23 entrevistados. O cenário garopabense de reestruturação urbana também inclui um progresso no que diz respeito à criação de transporte público e à construção e pavimentação de estradas, o que facilitou o acesso e deslocamento municipal e intermunicipal, segundo 22 entrevistados.

Cabe debater, considerando a conjuntura descrita acima, que a quantidade de automóveis apresentou um aumento nos últimos anos; em 2007 havia 3.394 carros no município e, pouco mais de 10 anos depois, o número aumentou para 8.804 (IBGE, 2018c). Este quadro acompanha o contexto brasileiro, onde ocorreu um crescimento da frota de veículos particulares, sobretudo a partir da primeira década dos anos 2000 (MOREIRA, 2011), o que pode gerar o aumento do índice de acidentes, o crescimento de congestionamentos e poluição atmosférica, sonora e visual (XIMENES *et al.*, 2008). Segundo 8 entrevistados, muito embora ainda não seja um problema grave, o trânsito em Garopaba aumentou com o passar dos anos e se intensifica na temporada de verão.

O desenvolvimento dos transportes rodoviários e dos processos de urbanização e industrialização impulsionaram o crescimento do consumo de energia, especialmente no período pós-guerra (CARVALHO, 2014). Em Garopaba, a ampliação do sistema de distribuição de energia elétrica se deu na década de 80 e foi apontada, especialmente entre os entrevistados de 71 anos ou mais, como um importante avanço dentro do contexto da infraestrutura, uma

vez que proporcionou o desenvolvimento das redes de iluminação pública e a chegada dos demais serviços, como telefonia e TV.

Entretanto, há problemas no que diz respeito ao sistema público de tratamento de esgoto (discutido mais profundamente no item 3.2) e fornecimento de água. De acordo com 3 moradores, quando há um aumento da demanda na temporada de verão, revelam-se os problemas de escassez de água em algumas localidades, como Ferrugem, Centro e Campo D'una. Essa questão vem se difundindo e se agravando mundialmente entre as cidades com características turísticas, em especial nas áreas costeiras (RICO-AMOROS *et al.*, 2009; GÖSSLING *et al.*, 2012), todavia, os entrevistados ressaltam que o problema vem acontecendo de forma menos frequente nos últimos 2 anos.

Estudos ressaltam que essas transformações urbanas podem também causar prejuízo às comunidades locais, como a alteração de suas identidades culturais; e mudanças ambientais de cunho negativo, como a transformação da paisagem natural, especialmente em localidades onde há o protagonismo das atividades turísticas e intensificação de processos de urbanização (CAROSO e RODRIGUES, 1998; RAIMUNDO, 2015).

As paisagens naturais vêm sendo estudadas de forma transdisciplinar no decorrer dos anos e se caracterizam como unidades espaciais, que se inter-relacionam com fatores econômicos, culturais e ideológicos de cada grupo da sociedade (MACIEL e LIMA, 2011). A paisagem é considerada uma categoria espacial de aspecto visível e perceptível (VIADANA, 2005) que, em especial nos ambientes costeiros, sofre interferências decorrentes do avanço do processo de urbanização (MUEHE, 2005). De fato, 4 entrevistados afirmam que as paisagens naturais de Garopaba têm passado por alterações de cunho negativo, uma vez que as construções estão se expandindo e ambientes antropizados passam a se sobrepor aos naturais.

O contexto supracitado suscita uma discussão no que diz respeito à produção e ao uso do espaço, que é moldado conforme os interesses do capital, de forma que as áreas consideradas com os melhores atributos atraem quem detém o poder financeiro (BORELLI, 2007). O modo de produção, bem como as relações sociais por ele produzidas, se materializam no espaço (LEFEBVRE, 1981) que “guarda o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que

marcam a reprodução da sociedade” (CARLOS, 2018, p.56). Através de suas ações, os principais agentes sociais produtores do espaço estão os proprietários fundiários, o Estado, os proprietários do meio de produção, grupos sociais excluídos e os promotores imobiliários (CORRÊA, 2018).

O mercado imobiliário é um dos principais interessados em capitalizar os recursos paisagísticos (HENRIQUE e MENDES, 2001), buscando a utilização da natureza de forma a incorporá-la ao projeto urbano (HARVEY, 1996). Dentro do contexto brasileiro, as questões imobiliárias, em especial a especulação, se sobressaem nas zonas costeiras, o que pode promover a degradação do meio ambiente, a desarticulação cultural das populações tradicionais, conflitos pela posse de terra e segregação social (BORELLI, 2007; VASCONCELOS e CORIOLANO, 2008; CORIOLANO *et al.* 2010).

Os resultados das entrevistas mostram que 8 entrevistados consideram a especulação imobiliária um impacto bastante significativo do meio socioeconômico, que se intensificou conforme a urbanização e a mudança das características do turismo. Problemas decorrentes da especulação imobiliária, como a ameaça à vegetação de restinga e aumento da poluição, não são recentes em Garopaba e foram induzidos, entre outros fatores, pela urbanização e pelo turismo de massa (DANILEVICZ *et al.*, 1990; NMD, 2001). De fato, os empreendimentos turísticos são frequentemente realizados de forma desordenada, sem respeitar a capacidade geográfica do espaço, o que pode levar ao seu esgotamento ambiental (BORELLI, 2007).

As políticas imobiliárias, financeiras e de urbanização estão diretamente vinculadas e inter-relacionadas às atividades turísticas, que são consideradas impulsionadoras de desenvolvimento econômico (CORIOLANO, 2012; VASCONCELOS e CORIOLANO, 2008). Na percepção de 4 entrevistados, o crescimento da economia de Garopaba foi um dos impactos positivos relacionados ao processo de urbanização e ao turismo. Além disso, eles afirmam que a combinação desses dois fatores possibilitou a diversificação das atividades econômicas no município.

O setor turístico está intrinsecamente ligado a outros setores econômicos, como o de transporte e o de serviços (MOESCH, 2002), e a urbanização está profundamente relacionada a transformações econômicas e

sociais (ICHIMURA, 2003). Muito embora tenha sido baixa a quantidade de entrevistados que apontou o desenvolvimento econômico, 16 destacaram ter havido um crescimento da quantidade e diversidade de trabalho e 15 relataram o aumento da disponibilidade de serviços como impactos positivos resultantes dos processos de crescimento urbano e turístico.

Segundo os moradores, a maior oferta de trabalho faz com que pessoas que antes deixavam o município em busca de emprego, permaneçam. Além disso, destacam que, enquanto há 30 anos o trabalho era limitado a atividades de pesca e agricultura, atualmente a diversidade de posições de trabalho viabiliza alternativas no momento da escolha de emprego. Ramo que se destaca em Garopaba, o turismo é um dos setores que mais oferece oportunidade de trabalho, uma vez que o setor de serviços emprega mais que a indústria, embora com menor salário (CORIOLANO, 2012).

No que diz respeito à disponibilidade de serviços, os entrevistados afirmam que houve não apenas um aumento da quantidade e do acesso, mas também que o município é provido de bons sistemas públicos de saúde e educação. Salientam também que os serviços comerciais estão mais diversos, de fácil acesso, com maior oferta de opções de produtos e diversidade de preços.

As atividades turísticas são, de fato, geradoras de bens e serviços; entretanto, não carregam consigo apenas benefícios e vantagens (SILVEIRA, 2002). O modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo setor turístico não minimiza contrastes sociais e produz desequilíbrio ambiental (HENRIQUE e MENDES, 2001). Cabe debater ainda que, muito embora o turismo seja colocado como uma alternativa de política econômica, sua ideologia é pautada no consumo, de forma a garantir o acúmulo de capital (BORELLI, 2007). Seu modelo de desenvolvimento se dá através do atendimento às necessidades do capital e da exploração de territórios, passando a fazer parte do centro de interesses nos âmbitos público e privado (CORIOLANO, 2012).

Dentro da perspectiva dos entrevistados, mesmo com impactos socioeconômicos positivos, 10 deles relataram o aumento do valor do IPTU como um impacto negativo. Ainda, ressaltam que moradores de localidades que antes eram isentas do imposto, como a Encantada, passaram a lidar com a obrigatoriedade do pagamento a partir de 2010, quando se instituíram novos

padrões de zoneamento urbano. Dependendo da localidade, para os que já precisavam pagar, o valor chegou a aumentar cerca de 1.000% nos últimos 20 anos, conforme relatos.

Tal fato, também relacionado aos mecanismos do mercado imobiliário acima debatido, pode contribuir, a médio e longo prazo, para a gentrificação, um fenômeno que (SANTOS, 2014, p.588)

“Afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, tal como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local. Tal valorização é seguida de um aumento de custos de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local cuja realidade foi alterada”.

Segundo uma das entrevistadas, por exemplo, ranchos de pesca localizados na beira da praia central deram lugar a casas de alto padrão. O mesmo aconteceu no entorno da lagoa das capivaras (discutido mais detalhadamente no item seguinte). A mudança estrutural de uma vizinhança, considerando os preceitos supracitados, pode provocar um aumento do custo de vida, em geral para além das condições financeiras dos moradores anteriores (REQUIÃO, 2018). O aumento do custo de vida já é um impacto percebido por 2 entrevistados, muito embora ainda sejam valores que se distanciam daqueles observados em cidades metropolitanas. Destaca-se aqui a necessidade de desenvolvimento de estudos mais completos acerca dessa temática, buscando discutir os fatores sociais e econômicos que possam explicar de forma mais assertiva o aumento o custo de vida em Garopaba.

Em suma, o município passou por mudanças no que diz respeito ao meio socioeconômico. Ressalta-se, porém, que mudanças sociais caminham de forma conjunta às mudanças ambientais. Conforme já afirma Carlos (2018), a produção da sociedade se dá no espaço e um se realiza no outro e através do outro. A produção do espaço e as alterações acima retratadas estão relacionadas a impactos no meio físico-biótico, que serão descritos no item a seguir.

3.2. Impactos do meio físico-biótico

O impactos do meio físico-biótico apontados pelos entrevistados foram: aterro de áreas úmidas, construção em áreas de preservação, descarte do esgoto de forma inadequada, aumento da quantidade de resíduos sólidos, redução do volume de águas de lagoas e cachoeiras, perda de habitats e fontes de alimentação para as espécies de pesca, alteração da qualidade da água, diminuição das áreas de dunas, redução da quantidade de pescados, e destruição da vegetação de restinga. A figura 6 mostra a lista dos impactos, bem como o percentual de citações pelos entrevistados e entrevistadas.

Figura 5: Impactos ambientais do meio físico-biótico no município de Garopaba, sob a perspectiva dos entrevistados.



Fonte: Elaborado pela autora.

* APP = Área de Preservação Permanente

O impacto do meio físico-biótico mais citado foi o descarte de esgoto de forma inadequada. Apontado por 23 entrevistados, os relatos abordam casos de ineficiência de fossas, em especial na alta temporada, e de lançamento de esgoto *in natura* em corpos hídricos. Os moradores argumentam que o sistema utilizado atualmente – o de fossas – vem se apresentando ineficaz, especialmente durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, quando a população aumenta em quase 6 vezes.

Atualmente, está em pauta no município uma discussão acerca da construção de uma estação de tratamento de esgoto. Entretanto, a solução

proposta – de lançar o esgoto tratado na Lagoa da Garopaba – não está sendo bem aceita por uma parcela da sociedade. Moradores e, em especial, pescadores afirmam que a ideia é absurda e que a Lagoa, imprescindível para a manutenção da biodiversidade e do sistema hídrico local, não tem capacidade receber a nova carga de efluentes. Os entrevistados enfatizam a importância histórica da Lagoa em suas vidas e sustentam que a solução proposta desconsidera as populações que vivem em seu entorno, buscando resolver um problema do centro.

A preocupação da comunidade é incontestável, uma vez que, dentro de um contexto de avanço da urbanização, prejuízos ambientais a lagos e lagoas são enfatizados em diversos estudos (SEILHEIMER *et al*, 2007; EYLES, MERIANO e CHOW-FRASER, 2013; JUMA, WANG e LI, 2014) e já aconteceram em Garopaba, conforme será discutido nos parágrafos adiante. Além disso, os moradores apontam que os estudos apresentados para a realização das obras consideram uma projeção populacional de 32 mil pessoas para 2031, desconsiderando o expressivo crescimento da população na alta temporada (PEREIRA, 2019a)

Dentro das questões de saneamento básico, 5 entrevistados apontaram que, à medida em que o município foi crescendo, houve também um aumento da quantidade de resíduos sólidos. Na alta temporada, esse número se multiplica na mesma proporção que o número de visitantes. Muito embora 27 entrevistados tenham afirmado que a coleta de lixo funciona de forma eficaz, houve divergências quando o tema é coleta seletiva que, segundo 3 pessoas, cobre apenas uma parcela da população. Todavia, a tabela de horários fornecida pela prefeitura aponta que são contemplados todos os bairros incluídos nesta pesquisa²⁰.

A gestão municipal de resíduos sólidos apresenta desafios em economias emergentes, especialmente nas cidades em crescimento e em progressivo desenvolvimento urbano (AYOTAMUNO e GOBO, 2004; VIJ, 2012; JOSHI e AHMED, 2016). Assim, é de extrema relevância o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre o assunto, em Garopaba. Ressalta-se que a

²⁰ Tabela disponível no site da prefeitura de Garopaba, atualizada em 2015:
<https://www.garopaba.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/7747/codNoticia/277051>

discussão sobre essa temática vai além dos debates acerca do crescimento populacional, abrangendo também as mudanças das características do modo de produção, que cada vez mais se baseia na obsolescência programada e produz mais mercadorias (RODRIGUES, 2018).

Apontado por 15 entrevistados, o segundo impacto mais citado foi a construção de condomínios e residências em áreas naturais, principalmente em áreas de protegidas como as Áreas de Preservação Permanente (APP). Segundo os entrevistados, as construções ilegais ocorrem, sobretudo, nas encostas de morros, beira de praias e margens de lagoas. Dentre os 15, 5 entrevistados afirmam ainda que este tipo de ocupação tem produzido a “privatização do espaço público” uma vez que o acesso àquelas áreas passa a se restringir a quem detém a propriedade. Afinal de contas, como já afirmava Harvey (2008), vivemos em um mundo onde o direito à propriedade se sobrepõe a outras noções de direitos.

De acordo com a população, a ocupação de APPs é feita principalmente por pessoas que não são nativas e que possuem alto poder aquisitivo. Essa realidade segue a lógica de produção do espaço, onde as classes mais altas da sociedade constantemente buscam ocupar os lugares que melhor podem oferecer elementos essenciais à qualidade de vida que, no caso de Garopaba, estão relacionados à liberdade, à segurança e ao contato direto com o ambiente natural.

Dentro dessa mesma perspectiva, os entrevistados também apontaram os impactos relacionados à destruição da vegetação de restinga (4) e à diminuição da área de dunas (3). Consideradas áreas de extrema fragilidade, uma vez que se localizam na interface entre os ambientes marinho e continental (HOLZER, CRICHYNO e PIRES, 2004), elas vêm sofrendo com as intempéries provocadas por atividades antrópicas (LEITE e ANDRADE, 2004; SOUZA, 2015; BITTENCOURT, 2017; ROCHA, 2018).

Os entrevistados comentam que há uma pressão sobre esses ecossistemas, especialmente com o aumento da população e que, cada vez mais, edificações estão sendo construídas sobre essas áreas. No centro, áreas de frente para a praia que na década de 80 eram cobertas por dunas, estão hoje tomadas por residências, estabelecimentos comerciais e do setor

hoteleiro. Danos às formações de dunas e a substituição dessas áreas por projetos urbanísticos são frequentes em zonas costeiras que apresentam histórico de mudanças de uso e ocupação do solo e intensificação do processo de urbanização (PORTZ *et al.*, 2010; GONÇALVES *et al.*, 2013; MOURA, *et al.*, 2015).

Corroborando os resultados acima descritos, na figura 6, que retrata parte do centro, é possível observar o aumento do número de edificações e a consequente evolução da malha urbana sobre as áreas acima descritas. Áreas que antes eram de dunas, na beira mar central, o Morro da Vigia e as margens da SC-434, por exemplo, são densamente ocupadas, atualmente.

Figura 6: Fotografias aéreas da área central de Garopaba em 1978 (A) e em 2012 (B) mostrando a evolução da malha urbana sobre áreas ambientalmente frágeis como dunas, encostas de morro e vegetação de restinga.



Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado, 1978, e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, 2012.

Um problema que afeta particularmente o bairro do Ouvidor é a presença de carros na praia durante a alta temporada. Segundo os entrevistados, não há uma infraestrutura adequada para receber a grande quantidade de turistas que, para passar o dia na praia, precisam deixar seus carros estacionados sobre areia, o que pode acabar prejudicando o

ecossistema local e trazer riscos aos frequentadores. Em junho de 2019, a prefeitura decidiu proibir o acesso de veículos na praia do Ouvidor, buscando o cumprimento da lei de gerenciamento costeiro – nº 7.661/88 – e respeitando o plano de manejo da APA da Baleia Franca (PEREIRA, 2019b). O trânsito seria permitido para veículos de salvamento, de pesquisa, pescadores, moradores e órgãos de segurança; entretanto, membros da comunidade, comerciantes e pessoas que alugam casas se mostraram insatisfeitos com a decisão, que pode apresentar novos desdobramentos (CAGNINI, 2019; PEREIRA, 2019b).

Outro grave problema para 6 entrevistados é o crescente aterro de áreas úmidas, especialmente para a construção de loteamentos e condomínios fechados. Um estudo de Jacomel (2012) identificou a existência de conflitos socioambientais na ocupação do banhado da Palhocinha, a cerca de 4km do centro de Garopaba, onde foi construído um condomínio de luxo, com uma área de 10ha. Segundo a autora, a área apresenta imensa importância ecológica e os processos de obras e de licenciamento ambiental foram permeados por irregularidades e embates entre setor público, privado e sociedade civil.

Além disso, 10 entrevistados apontam que a antropização das áreas úmidas pode ser responsável pela destruição de habitats e mudanças ecológicas. Cruciais para o fornecimento de serviços hidrológicos, biogeoquímicos e ecossistêmicos (WU *et al*, 2018), a destruição das áreas úmidas – principalmente devido à urbanização – pode provocar problemas relacionados à introdução de espécies exóticas, à adição de poluentes, ao prejuízo dos regimes hidrológicos, à impermeabilização do solo, à perda de habitats (LEE *et al*, 2006) e prejuízo à pesca artesanal (DIEGUES,1999).

A ocupação de APPs, de áreas úmidas e de dunas e a destruição da vegetação de restinga se intensificaram de forma coincidente ao expressivo crescimento populacional em Garopaba. Essas áreas apresentam benefícios inestimados para a sociedade, além de possuírem grande importância para a manutenção da biomassa de peixes e crustáceos (RODRIGUES-FILHO *et al*, 2019), da paisagem, da estabilidade geológica, da biodiversidade (MMA, 2011), e para a preservação da qualidade da água (RODRIGUES-FILHO *et al*, 2015). O aumento da população, portanto, cria demandas de infraestrutura e suscita

novos padrões que podem interferir na qualidade do meio ambiente (CHAVAN, CHANDIRAMANI e NAYAKC, 2019).

A alteração da qualidade da água foi um impacto físico-biótico bastante citado pelos entrevistados e entrevistadas, totalizando 11 pessoas. De acordo com eles, a praia de Garopaba recebe, na alta temporada, altas cargas de poluentes, em especial provenientes do esgoto não tratado, tornando-se imprópria para banho. De fato, como mostra o relatório de balneabilidade da FATMA (2019), dos dois pontos analisados nesta praia, ambos apresentaram qualidade da água imprópria para banho durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2019. A lagoa e a praia da Ferrugem, a praia do Siriú, e a praia da Vigia, que também tiveram pontos de análise, se apresentaram próprias para banho durante o verão de 2019.

Ao observar o histórico de análises da água na praia de Garopaba, entre os anos 2000 e 2019, percebe-se que o problema foi se intensificando no decorrer do tempo. Muito embora exista a influência de dinâmicas naturais, ao fazer uma análise de períodos de inverno e verão com as mesmas características de ventos e marés, é perceptível que o problema se intensifica na alta temporada, quando a população aumenta exponencialmente. De fato, estudos mostram que a deterioração da qualidade da água é frequente nas áreas costeiras onde há crescimento populacional e intenso processo de urbanização (MALLIN *et al*, 2000; GARCIA e SEVERA, 2003).

A lagoa das Capivaras, localizada no centro do município, também foi fortemente impactada pelas dinâmicas populacionais e urbanas, segundo os entrevistados. Eles afirmam que houve um aumento na construção de casas nas margens da lagoa, o que acabou por influenciar na redução da sua área e na alteração da qualidade da água. Um estudo de Munari (2017) se aprofunda nas mudanças às quais a lagoa das Capivaras foi submetida. Os resultados da pesquisa mostram que a lagoa era cercada por dunas que, com o tempo, foram sendo aplaniadas e sua areia utilizada na construção civil. Ainda, a autora relata que o entorno da lagoa costumava ser ocupado por populações nativas e composto por áreas verdes. Realidade esta que não é mais a mesma, uma vez que a área é agora cercada de construções predominantemente de alto padrão.

Atualmente, a lagoa das Capivaras passou por um processo de revitalização, porém, conforme os entrevistados, a área da lâmina d'água diminuiu.

A redução do volume de água de lagoas e cachoeiras foi citada por 7 entrevistados. A lagoa Pequena, que se localizava ao lado da lagoa das Capivaras, foi aterrada no ano de 1988 para abertura de ruas e pavimentação (MUNARI, ASSUNÇÃO e MENEZES, 2017). A cachoeira da Encantada, conforme relatos dos entrevistados, também teve seu volume de água reduzido. Esse decréscimo pode estar relacionado aos recentes processos de ocupação de áreas de preservação permanente no município que, por retirarem áreas vegetadas, alteram aspectos hidrológicos de corpos de água na bacia hidrográfica, tal como casos relatados em outras localidades (MAGALHÃES, CASATTI e VITULE, 2011; TAMBOSI *et al*, 2015).

O prejuízo à qualidade e a redução do volume de água no município, junto a outros fatores, pode ocasionar a perda de habitats e fontes de alimentação das espécies de pesca, que foi citada por 1 entrevistado. Segundo ele, este fator afeta diretamente a sobrevivência das espécies pesqueiras. Nesse sentido, a redução da quantidade de pescados foi um dos impactos mais citados pelos entrevistados, que correspondeu a um total de 10 pessoas. A pesca industrial e a submarina também são grandes influenciadores nessa diminuição, que não aconteceu de forma isolada e se apresentou nas localidades do Macacu, Centro, Ouvidor e Ferrugem, segundo os moradores.

Um estudo de Filardi (2007) aborda um diagnóstico da pesca marinha em Garopaba e apresenta resultados que apontam a década de 1980 e início da de 1990 como data referencial para o início do decréscimo dos pescados, tendo se agravado a no final dos anos 90. Ressalta-se que o estudo investiga a fundo as causas dessa escassez, citando como principais responsáveis as pescas industrial e subaquática e a exploração excessiva de espécies pesqueiras. Para além dessas causas, Creel (2003) afirma que o crescimento populacional nas áreas litorâneas está relacionado a atividades que podem ser responsáveis pela degradação de ecossistemas costeiros; em algumas áreas, os estoques de espécies endêmicas caíram de 10 a 30%.

As características do meio ambiente em Garopaba vêm mudando drasticamente, acompanhando os processos de crescimento populacional e

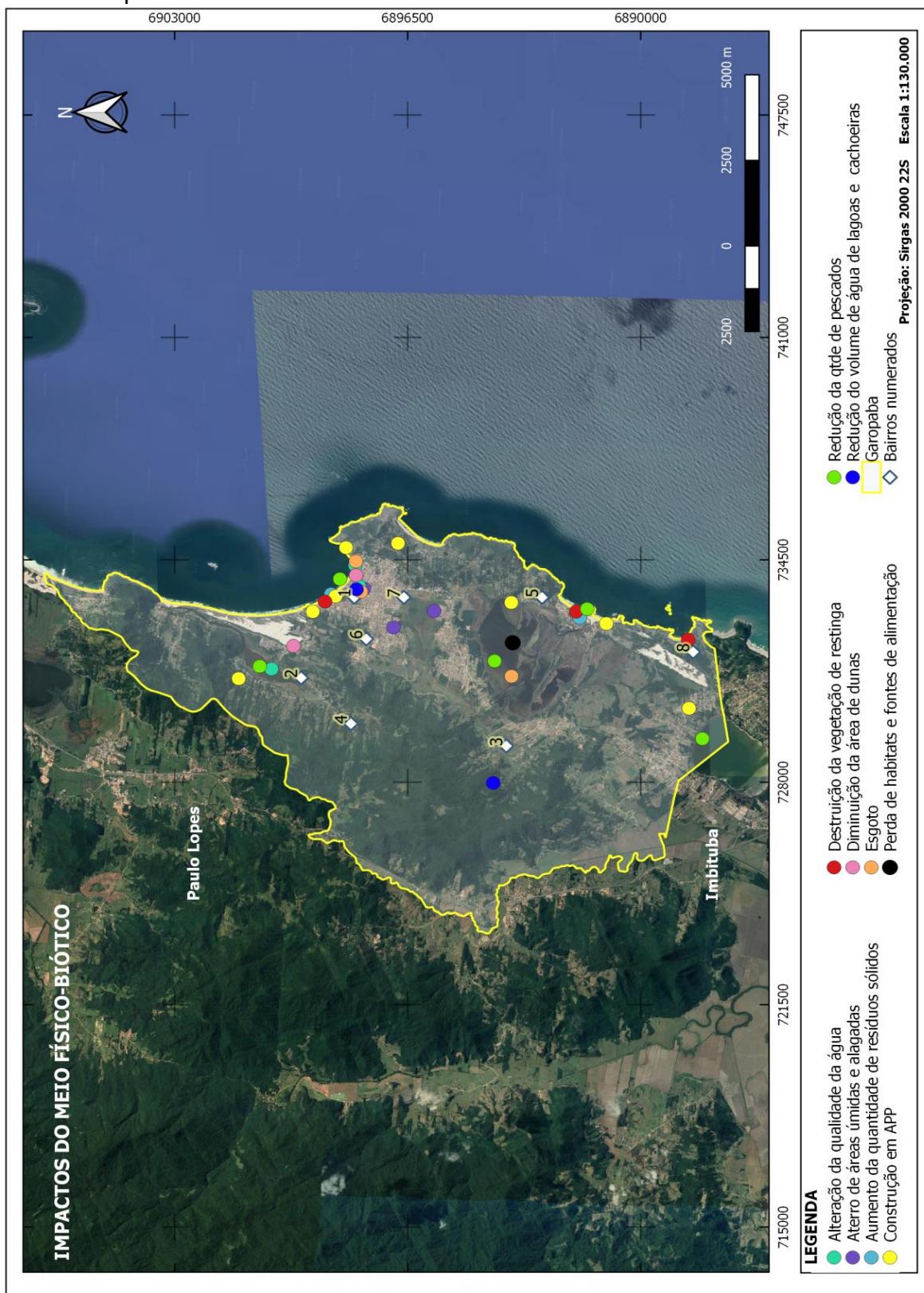
urbano. Quando são mencionados os agentes das mudanças, há de se destacar também as atividades turísticas, que apresentam papel fundamental para as transformações sociais e ambientais no município. Ressalta-se que os entrevistados, ao pontuar os impactos do meio físico-biótico, não se limitaram a descrever apenas as mudanças ocorridas no bairro onde moram, mas também em outras localidades do município. De forma a melhor visualizar a localização das alterações ambientais no município, será apresentada no item a seguir a espacialização dos impactos mencionados pelos entrevistados.

3.2.1. Espacialização dos impactos socioambientais do meio físico-biótico

A espacialização das informações dadas pelos entrevistados foi feita com base nos preceitos do mapeamento participativo, que é uma ferramenta que pode ser utilizada para dar voz à população local, buscando integrar sua percepção às formas convencionais de desenvolvimento de mapas (HERLIHY e KNAPP, 2003). Nas últimas décadas, cientistas sociais, líderes comunitários e populações tradicionais têm trabalhado de forma a preencher lacunas no que diz respeito as informações e dados socioespaciais, relevantes para o planejamento e gestão ambiental (MCLAIN *et al*, 2013). É nesse momento que emerge a participação pública no desenvolvimento de mapas, onde as informações fornecidas por cidadãos e grupos de interesse são utilizadas para a espacialização de dados (MCLAIN *et al*, 2013; LINHARES e SANTOS, 2017).

Considerando os princípios acima descritos, com base nas informações fornecidas pelos moradores durante as entrevistas foi feita a espacialização dos impactos socioambientais do meio físico-biótico (figura 7), cuja discussão seguirá partindo dos impactos mais citados para os menos citados. Os números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 correspondem, respectivamente, às localidades: Centro, Macacu, Encantada, Morro do Fortunato, Ferrugem/Capão, Ambrósio, Pinguirito e Ouvidor. No item “construção em APP” são consideradas as edificações localizadas em encostas de morro e margens de lagoa.

Figura 7: Distribuição dos impactos do meio físico-biótico conforme informações fornecidas pelos entrevistados.



Fonte: Elaborado pela autora.

Impacto do meio físico-biológico mais citado, o descarte de esgoto de forma inadequada, influencia principalmente a qualidade das águas, pontuado principalmente na praia central e na Lagoa das Capivaras. A Lagoa da Garopaba, na Ferrugem, foi também sinalizada por ter sido apontada pelos moradores, sob o argumento de estar sendo cada vez mais cercada por novas residências e por ser, possivelmente, o corpo receptor do efluente tratado pelo sistema público de coleta de esgoto, em processo de construção.

O segundo impacto mais citado (15 entrevistados) foi a presença de construções em APPs, distribuídas no mapa em 8 localidades diferentes. Essas construções ocorrem especialmente em áreas de encostas de morro e margens de lagoas, como a das Capivaras, no Centro, da Garopaba, na Ferrugem, Ibiraquera, próxima ao Ouvidor e às margens da lagoa do Macacu. Muito embora também sejam encontradas edificações em áreas de preservação, o problema não é tão intenso quanto nas outras áreas; porém, de acordo com os entrevistados, cresce cada vez mais o número de construções na localidade.

Manifestando-se tanto em corpos hídricos de água doce, quanto no oceano, os pontos de alteração da qualidade da água se localizam nas lagoas das Capivaras e do Macacu, e na praia central. Em todos esses pontos, a poluição da água está relacionada ao aumento da carga de poluentes derivada da ineficiência do tratamento de esgoto. Segundo os moradores do Macacu, o problema não é tão intenso na lagoa do bairro quanto no centro; porém apontam que o problema pode se intensificar, caso o número de edificações continue crescendo em ritmo acelerado.

A redução da quantidade de pescados possui 5 pontos apontados pelos entrevistados: nas lagoas da Ibiraquera, da Garopaba, do Macacu e nas praias da Ferrugem e do Centro. De acordo com os entrevistados, além de ter diminuído a quantidade dos recursos pesqueiros, seu tamanho também diminuiu. Dois dos cinco pontos coincidem com locais onde houve alteração na qualidade da água – Macacu e praia central.

Presente em dois pontos do mapa, na cachoeira da Encantada e na lagoa das Capivaras, encontra-se o impacto citado por 7 pessoas: a redução do volume de água de lagoas e cachoeiras. De acordo com um dos entrevistados, a cachoeira perdeu 30% do seu volume de água. Já a lagoa das Capivaras, por

ter sido cercada de novas residências, foi parcialmente aterrada e teve sua área diminuída.

O aterro de áreas úmidas e alagadas se distribui em três pontos do mapa, abrangendo as localidades do Ambrósio, Palhocinha e Centro. De acordo com uma moradora do Ambrósio, há cerca de 30 anos era comum observar no bairro áreas vegetadas e alagadas onde, para caminhar, se fazia necessário a utilização de galochas. Tal cenário se difere do atual, onde estas áreas estão sendo aterradas especialmente para a construção de loteamentos, residências e condomínios fechados.

O aumento da quantidade de resíduos sólidos, por sua vez, se localiza nas praias do Centro e da Ferrugem. Segundo os moradores, o aumento é bastante expressivo, especialmente durante a alta temporada com o crescimento do fluxo de turistas. Eles afirmam, portanto, que o trabalho de coleta é reforçado nesse período e que o acúmulo de lixo nas praias não permanece por um período prolongado.

Impacto localizado em dois pontos, nas praias do Centro e da Ferrugem, a destruição da vegetação de restinga está ligada, segundo os entrevistados, ao aumento da quantidade de novas edificações sobre esses ecossistemas. O mesmo argumento se aplica para a diminuição das áreas de dunas, no centro. No Siriú, as formações de dunas permanecem preservadas, entretanto os entrevistados afirmam que é uma área que merece atenção, uma vez que seus arredores vêm se destacando dentro do setor imobiliário.

A perda de habitats e fontes de alimentação das espécies de pesca foi um impacto citado por 1 dos entrevistados e está inserido na lagoa da Garopaba. De acordo com ele, a antropização das margens da lagoa contribui de forma significativa para a intensificação do impacto.

As condições socioambientais em ambiente urbano foram mudadas a partir das transformações nos padrões produtivos e das dinâmicas populacionais, cuja capacidade de alteração do meio e de utilização dos recursos naturais aumentou rapidamente (SILVA e TRAVASSOS, 2008). Além disso, o processo de concentrações humanas em ambientes urbanos tem a capacidade de afetar diretamente a qualidade do meio ambiente (ACIOLY e DAVIDSON, 1998). Ao trazer o enfoque a área de pesquisa, pode ser observado no mapa

que os impactos socioambientais do meio físico-biótico estão diretamente ligados às áreas onde há maior adensamento populacional. Nesse sentido, o processo de desenvolvimento de projetos urbanos deve incorporar a temática “meio ambiente”, buscando minimizar os impactos gerados pelo processo de urbanização (MIANA, 2010).

3.3. Agentes impulsores de impactos socioambientais

Apontado por 24 entrevistados, o turismo foi considerado o mais importante causador de impactos socioambientais e se apresenta como principal atividade econômica no município. De acordo com eles, Garopaba começou a ganhar uma posição proeminente no litoral catarinense a partir do momento em que foram chegando os primeiros turistas, na década de 60. A princípio com traços do movimento de contracultura, os moldes do turismo mudaram, assim como os da cidade, que passou de um reduto de pescadores artesanais a um município com características urbanas.

O processo de desenvolvimento do meio urbano e o turismo possuem relações intrínsecas, uma vez que cidades turísticas representam uma nova forma de urbanização e são construídas para o consumo (MULLINS, 1991; CORIOLANO 2010). Além disso, o turismo emerge como um fenômeno de extrema relevância no que diz respeito às intervenções urbanas com o objetivo de comercialização da cidade, atuando vigorosamente na produção e consumo do espaço (SOUZA, 2014).

A urbanização turística, conceito que se consolidou no final do século XX, expressa uma nova forma urbana criada a partir do vínculo entre o desenvolvimento de atividades turísticas e o surgimento de paisagens urbanas (LOPES-JÚNIOR, 2000). Nas conjunturas mundial e nacional são comuns os casos em que a valorização de cidades se inter-relaciona ao processo de urbanização, através do incentivo do turismo e da construção da imagem urbana²¹. A urbanização turística, portanto, acelera o processo de criação e

²¹ CORIOLANO, BARBOSA e SAMPAIO, 2010; QIAN, FENG e ZHU, 2012; SOUZA, 2014; PONS, SALAMANCA e MURRAY, 2014.

consumo de paisagens, traz à cena novos sujeitos sociais (LUCIARI, 1998) e materializa o regime de uso e produção do espaço (LOPES-JÚNIOR, 2000).

As zonas costeiras são protagonistas de conflitos de uso e pressões econômicas, do turismo e do aumento da densidade demográfica (BORELLI, 2007). Apontado por 9 entrevistados, o crescimento populacional no município – que dobrou em 20 anos –, juntamente com o crescimento desordenado, são fatores que influenciam diretamente a geração de impactos sociais e ambientais.

De acordo com os moradores, a população de Garopaba cresceu rapidamente, mas as políticas públicas de ordenamento do território e a infraestrutura urbana não se desenvolveram na mesma velocidade. Desta forma, edificações passaram a ser construídas em locais impróprios, como áreas de preservação e áreas úmidas e o atual sistema de tratamento de esgoto – fossas sépticas – se tornou ineficiente, o que dificulta a manutenção da qualidade do meio ambiente.

Cabe ressaltar que o crescimento de Garopaba, de acordo com 4 entrevistados, foi impulsionado também pela pavimentação da SC-434, principal acesso ao município. Segundo eles, a melhoria da rodovia facilitou o trânsito dos moradores e a entrada de turistas. O processo de urbanização está diretamente relacionado com a melhoria de infraestruturas (ICHIMURA, 2003) e foi mencionado pelos moradores como um dos impactos positivos decorrentes do crescimento urbano no município, conforme discussão no item 3.1.

A rápida expansão e avanço das cidades sem o adequado planejamento contribui para a deterioração do espaço urbano e do meio ambiente (LOMBARDO, 1985). Os ecossistemas costeiros, em especial, estão sendo degradados rapidamente em virtude do crescimento desordenado, afetando não apenas a qualidade ambiental, mas também as populações locais (BORELLI, 2007). Estudos recentes corroboram o fato e destacam impactos resultantes deste tipo de crescimento como, por exemplo, o prejuízo à paisagem, mudanças de uso e ocupação do solo, aumento das taxas de erosão, inundações, disseminação de doenças e alteração da qualidade de corpos hídricos (SOARES *et al.*, 2014; BERTUCCI *et al.*, 2016; FIORINI *et al.*, 2018).

Muito embora Garopaba tenha sofrido alterações negativas de cunho social e ambiental, o município ainda oferece uma boa qualidade de vida, muito

diferente daquela encontrada nas cidades metropolitanas de acordo com parte dos entrevistados. Decorrente disso, 8 entrevistados apontam que a oferta de qualidade de vida acaba atraindo novos moradores, provenientes de outras cidades e estados. Este item está diretamente relacionado com o crescimento populacional, uma vez que, segundo Oliveira (2007), as pessoas buscam cada vez mais residências onde é possível o contato com a natureza e o distanciamento das grandes cidades.

Também para 8 entrevistados, um agente gerador de impactos sociais e ambientais no município é a soberania do dinheiro. Isto é, quem detém maior poder aquisitivo, detém também o poder de produzir o espaço conforme seus interesses. De acordo com os moradores, as áreas de preservação são majoritariamente ocupadas por casas e condomínios de alto padrão. Além disso, argumentam que, muito embora não haja no município um processo de favelização, as localidades com as melhores redes de infraestrutura urbana são onde se concentra a camada mais rica da população.

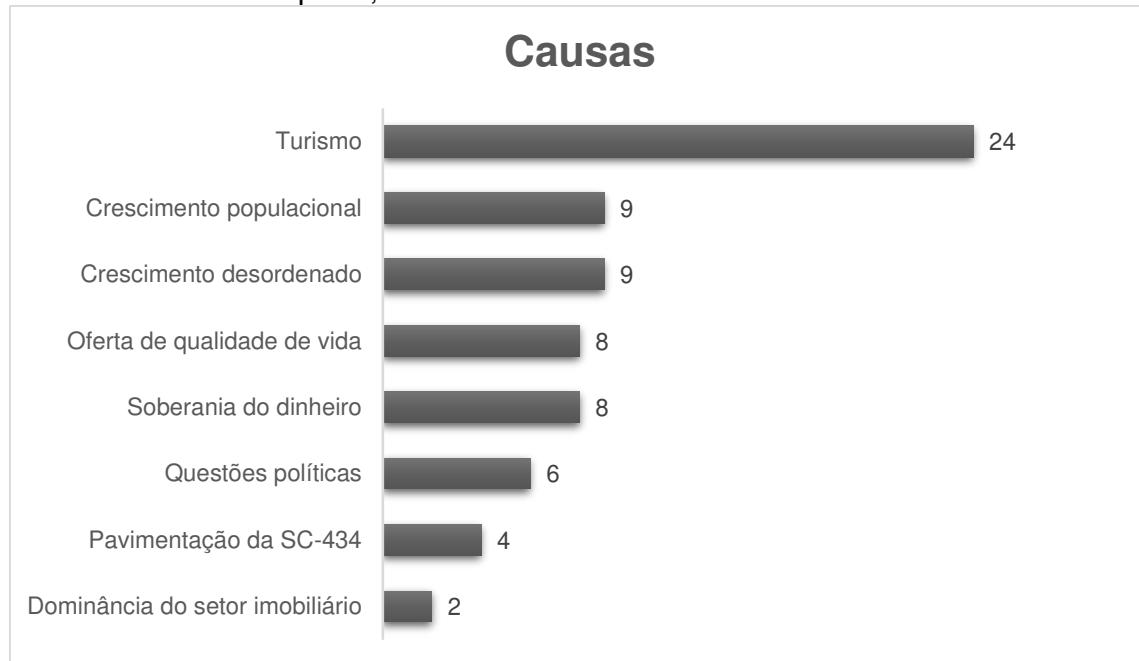
Casos de segregação urbana são relatados em estados brasileiros, como São Paulo, Amazonas, Santa Catarina e Paraíba possuem um denominador comum: a desigualdade econômica²². A narrativa supracitada corresponde às premissas do processo de produção do espaço, que é pautado na dominação e conflito de classes (VILLAÇA, 2011). Na verdade, conforme afirma o autor, “nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado/compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade”.

O contexto acima descrito está relacionado com outros dois itens também listados pelos entrevistados: questões políticas, mencionado por 6 pessoas e dominância do setor imobiliário, apontado por 2. De acordo com os moradores, os interesses políticos estão ligados aos econômicos, de forma que são favorecidas as classes mais altas da população. Ainda, relatam que constantemente as ações políticas são voltadas ao atendimento de necessidades de quem detém os modos de produção, como empresários, em especial do setor imobiliário de da construção civil, e comerciantes.

²² PIMENTA e PIMENTA, 2002; SPOSITO, 2007; MARINHO e SCHOR, 2009; FALCÃO, CASTRO e SILVEIRA, 2013; BEDIN e NASCIMENTO, 2013.

Em síntese, os agentes responsáveis pela geração de impactos socioambientais estão relacionados a questões inerentes à produção do espaço urbano que, por sua vez, está pautada em fatores de ordem político-administrativa, social e econômica. Os impactos gerados são produzidos de forma desigual pelas diferentes camadas da sociedade, mas frequentemente causam consequências – em especial as negativas – mais intensas às camadas menos privilegiadas da sociedade (BORELLI, 2007). A figura 8 apresenta graficamente os itens acima descritos, de acordo com a perspectiva dos moradores.

Figura 8: Principais causas relacionadas à produção de impactos sociais e ambientais em Garopaba, conforme os entrevistados.



Fonte: elaborado pela autora.

3.4. Os efeitos dos impactos socioambientais no bem-estar social: a perspectiva da população

O crescimento populacional e econômico provocou o desequilíbrio ecológico e a degradação do meio ambiente físico e social, cujos efeitos negativos permeiam o âmago da vida em sociedade (MAZZETO, 2000). O ambiente urbano é constantemente modificado pelas ações do homem, que cria um ambiente artificial, e sua interferência no meio natural está diretamente relacionada aos padrões de qualidade de vida (LOMARDO, 1985; GOMES e

SOARES, 2004). Dentro desse contexto, os entrevistados foram questionados sobre quais são os efeitos, positivos ou negativos, dos impactos socioambientais em suas vidas.

O item mais citado, por 11 pessoas, foi a necessidade de alteração do modo de vida. De acordo com os entrevistados, suas vidas precisaram mudar conforme foram ocorrendo as transformações sociais e econômicas na cidade. Dentre as mudanças, eles destacam principalmente questões envolvendo o trabalho: os pescadores artesanais, por exemplo, não mais dependem exclusivamente da atividade e buscam renda em outros setores, como o comércio e o aluguel de imóveis. De fato, os impactos provenientes de mudanças nas esferas econômica, ambiental e política afetam o modo de vida dos pescadores, bem como a fixação de sua identidade (LOPES *et al.*, 2011).

Ainda dentro da perspectiva dos modos de vida tradicionais, ressalta-se também que engenhos de farinha foram perdendo forças e aqueles que os administravam passaram a buscar novos trabalhos. A necessidade de alteração do modo de vida não só se aplica às questões de trabalho, mas também comportamentais. Os nativos, ou os residentes mais antigos, acompanharam aos poucos a inserção de novos costumes e formas de agir, especialmente a partir do momento em que o município passou a receber moradores provenientes de outras cidades.

Ressalta-se que as mudanças no modo de vida não foram necessariamente apontadas em um sentido negativo. Parte dos entrevistados pontuou que a mudança do modo de vida é inevitável para garantir o bem-estar e a adaptação às transformações da cidade. Em contrapartida, foram também significativos os depoimentos daqueles que falaram das mudanças com pesar, no sentido de ser uma obrigação que se viram inclinados a aceitar. Cabe apontar que um território tem em seu cerne algum tipo de identificação e valorização simbólica do espaço por parte de seus habitantes (HAESBAERT, 1999) e que o ritmo acelerado das transformações socioeconômicas e ambientais em um ambiente urbano pode acabar inviabilizando o modo de vida mais tradicional (LOPES *et al.*, 2011).

Citado por 11 moradores, principalmente por comerciantes e donos de estabelecimentos prestadores de serviços, um efeito positivo foi o

crescimento do próprio negócio e do número de clientes. Segundo os entrevistados, os impactos socioeconômicos sob os quais Garopaba passou influenciaram diretamente no desenvolvimento do próprio negócio, uma vez que trouxeram um maior número de clientes e provocaram aumento e diversificação de demandas.

Cidades com maiores níveis de urbanização apresentam, de fato, um desenvolvimento mais denso nos negócios (HENDERSON e WEILER, 2009). A cidade possui papel imprescindível no cenário de inovação e consumo, servindo de âncora para o desenvolvimento econômico (NETTO, 2010). Segundo o autor, as aglomerações urbanas assumem padrões sociais e espaciais que impactam as trocas econômicas e o planejamento conjunto do espaço e economia é fundamental.

Uma outra consequência na vida dos moradores é o desequilíbrio do modo de vida nas diferentes estações do ano. Garopaba é uma cidade que atrai um alto contingente de turistas no período do verão, o que, de acordo com 10 entrevistados, causa um cansaço aos locais na alta temporada. Segundo os relatos, tarefas cotidianas passam a ser cuidadosamente planejadas, uma vez que há maior fluxo de pessoas, de veículos e menos vagas para estacionar, por exemplo. Além disso, para os donos e funcionários de estabelecimentos comerciais, o ritmo de produção e trabalho é muito mais frenético e cansativo, enquanto no inverno é bastante pacato.

Muito embora exista uma necessidade de relação do turista com o morador local, este é o que mais sofre com os efeitos, positivos ou negativos, do turismo (BALDISSERA e BAHL, 2012; DALL'AGNOL, 2012). Uma das entrevistadas, por exemplo, afirma ter se mudado do centro para um bairro mais distante devido à alta concentração de pessoas naquela área durante o verão. Ela afirma que o aumento do movimento, do fluxo de turistas e do barulho a fizeram optar por outro lugar. Outro entrevistado afirma que a rotina da sua família, durante o verão, muda consideravelmente. Ele relata que a sensação de insegurança nesse período aumenta e, a fim de passar tempo em casa tomando conta da família, o ritmo de trabalho fora de casa diminui.

Os efeitos negativos provenientes das atividades turísticas frequentemente superam os positivos (DALL'AGNOL, 2012). A autora aponta

ainda que as comunidades receptoras podem passar a ver o turismo com insegurança, sobretudo porque em geral não têm a oportunidade de participar ativamente das tomadas de decisões nessa área. Desta forma, os habitantes locais passam a se sentir desconfortáveis com os efeitos negativos da atividade, considerando que são por ela invadidos e, ao mesmo tempo, dela excluídos (KRIPPENDORF, 2001).

No que diz respeito à qualidade de vida, há uma dualidade de perspectivas: enquanto 7 entrevistados apontam sua melhoria, 6 apontam prejuízos. Este grupo, composto majoritariamente pelos mais jovens, afirma que os impactos socioambientais lhes causaram uma piora na qualidade de vida. De fato, o processo de urbanização está comumente relacionado a fatores que prejudicam a qualidade de vida, como a poluição, congestionamentos e aumento das despesas (BALDASSARE e WILSON, 1995; GLAESER, 2011).

Segundo os entrevistados, os problemas decorrentes do crescimento populacional, da falta de ordenamento do território, do turismo de massa, das ocupações de áreas de preservação, e das carências de infraestrutura, como o sistema público de coleta de esgoto, afetam negativamente o bem-estar da população local. As paisagens naturais não são mais as mesmas, a quantidade de recursos pesqueiros está diminuindo e o meio ambiente está sendo destruído, argumentam. De forma geral, em cidades turísticas, é comum que os lucros provenientes desta atividade não estejam proporcionando a melhoria da qualidade de vida dos locais, uma vez que suas políticas costumam privilegiar aqueles que detêm o capital (OLIVEIRA, 2007; BALDISSERA e BAHL, 2012).

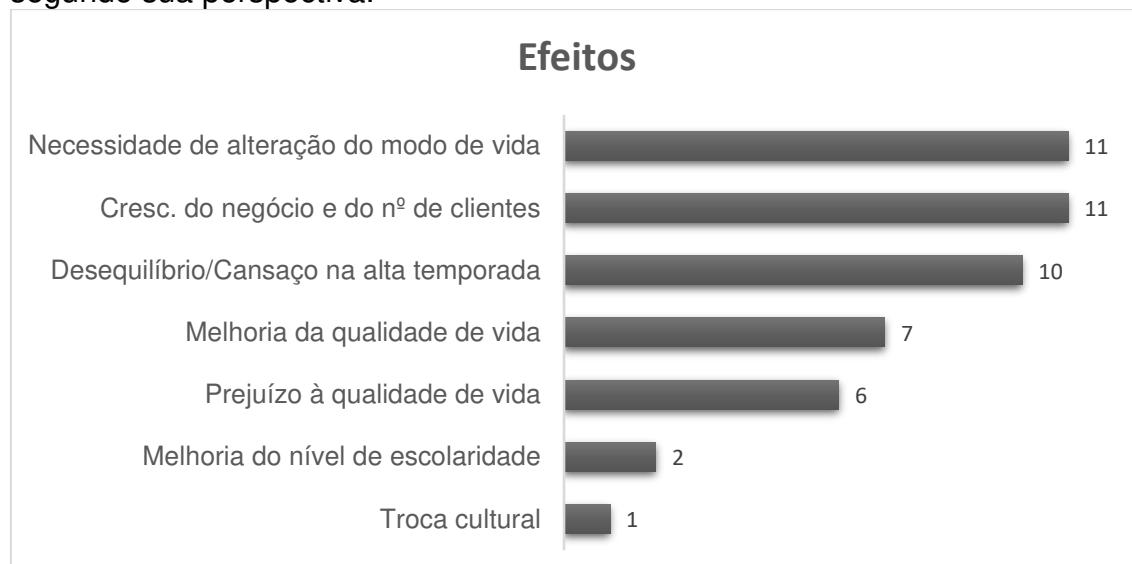
Em contrapartida, considerando os resultados obtidos, o grupo que apontou a melhoria da qualidade de vida é composto principalmente pelos entrevistados de mais idade. Eles argumentam que o trabalho costumava ser mais árduo e a vida mais difícil. Apontam também que, atualmente, a locomoção entre um lugar a outro é facilitada, que o trabalho não se limita apenas ao da roça e que as inovações tecnológicas simplificam a vida cotidiana. Além disso, dizem que a maior disponibilidade e acesso aos serviços auxiliam na manutenção de uma vida com qualidade. Estudos corroboram essa percepção, apontando fortes relações positivas entre as taxas de urbanização e níveis de desenvolvimento humano (ICHIMURA, 2003), além de estar estreitamente

relacionada com a melhoria de resultados de saúde e educação (JAYASURIYA e WODON, 2003).

De acordo com 2 entrevistados, a melhoria do nível de educação dos filhos e netos foi um dos efeitos positivos decorrentes dos impactos socioambientais. Eles argumentem que, conforme a cidade foi passando por transformações, houve maior disponibilidade e acesso a serviços, o que possibilitou que as gerações mais novas pudessem ter mais oportunidades ingressar no ensino básico e superior.

Para 1 dos entrevistados, as mudanças comportamentais e o aumento da população não nativa, por exemplo, são impactos que possibilitam uma troca cultural. Conhecer outras formas de pensar e agir é, segundo eles, um efeito positivo e dinâmico que possibilita a ampliação do conhecimento sobre o outro. O avanço tecnológico e o desenvolvimento de redes de infraestrutura e transporte possibilitam encontros entre culturas diferentes, facilitando as relações de diferentes grupos sociais (TEIXEIRA, MICHELIN e DALL'AGNOL, 2008). Cabe ressaltar que, muito embora existam efeitos positivos no que diz respeito à troca cultural, os negativos podem estar associados à padronização de comportamentos, à simplificação da cultura e a perda da identidade cultural da comunidade (DALL'AGNOL, 2012). A figura 9 apresenta de forma gráfica os efeitos acima debatidos.

Figura 9: Efeitos dos impactos socioambientais na qualidade de vida do morador, segundo sua perspectiva.



Fonte: Elaborado pela autora.

A população local é quem, sem dúvidas, lida de forma mais intensa com os impactos e efeitos das transformações urbanas e da atividade turística (BALDISSERA e BAHL, 2012). Os efeitos acima listados estão diretamente relacionados com os impactos socioambientais levantados, especialmente os do meio socioeconômico, como a mudança do modo de vida tradicional, o aumento da população não nativa, mudanças comportamentais, maior disponibilidade de serviços e aumento da quantidade e diversidade de trabalho. Os impactos do meio físico-biótico se relacionam, principalmente, à piora da qualidade de vida, especialmente no que diz respeito à disposição de esgoto de inadequada, às construções em áreas de preservação e a alteração da qualidade da água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Garopaba contou com uma alta taxa de crescimento populacional, onde a quantidade de habitantes dobrou entre os anos de 1991 e 2010. O aumento da população, aliado ao desenvolvimento da urbanização, ao turismo e ao crescimento desordenado, foram os principais responsáveis pela ocorrência de impactos socioambientais. Estes, de esferas positiva e negativa, se distribuem de forma desigual na área de estudo e se localizam principalmente nos pontos com maiores concentrações populacionais e urbanas.

O processo de urbanização está comumente relacionado à melhoria da infraestrutura urbana que, muitas vezes, não caminha a passos tão largos quanto a demanda e não atinge todas as camadas da população de forma igualitária. Embora tenham melhorado acessos, redes de iluminação e fornecimento de água e energia, o principal problema na área de estudo concerne à ausência de um sistema público de tratamento de esgoto, que se vincula diretamente a problemas com a qualidade da água.

Outro problema que se dissemina pelo município, trazendo prejuízos à comunidade, à paisagem e ao meio ambiente é a construção em áreas de preservação. Encostas de morro, margens de lagoas e áreas próximas à praia são as mais visadas. Devido a mecanismos de mercado e especulação imobiliária, locais que antes eram ocupados por nativos são atualmente tomados por residências de alto padrão pertencentes a não nativos e turistas.

O contexto acima debatido se insere na discussão acerca das mudanças de uso e ocupação do solo, impacto que se destaca entre os apontados. Questões econômicas e urbanas influenciaram essas mudanças, uma vez que, para atender às novas demandas, o território passou por um processo de reconfiguração. Além disso, o crescimento da população, dado principalmente por pessoas vindas de fora do município, provocou a necessidade de novas construções, seja para uso residencial ou comercial.

A chegada de pessoas de outras localidades resultou ainda em mudanças comportamentais. Novos modos de pensar e diferentes traços de comportamento interferiram no modo de vida tradicional da cidade. De acordo com os entrevistados, características típicas estão sendo perdidas e grande parte

das comunidades não consegue mais viver exclusivamente das atividades que antes desempenhavam e que eram destaque no município.

Em suma, as políticas de ordenamento territorial não são ausentes, mas são constantemente desenvolvidas de maneira enviesada por quem detém o poder financeiro, deixando em segundo plano o bem-estar social da população em geral. Esse cenário relaciona-se diretamente com a heterogeneidade do processo de uso e ocupação do solo, onde se materializam de forma inter-relacionada problemas de ordem social e ambiental. Problemas estes que se intensificam nas áreas que costumam comportar a maior parte da população – as zonas costeiras – e que crescem de forma mais veloz do que propostas eficazes que busquem sua contenção.

O desenvolvimento do processo de urbanização está estreitamente vinculado à intensificação do consumo e à permanência de um modo de produção exploratório, gerando impactos sociais e ambientais que fogem da indissociabilidade. Urge, portanto, uma organização mais justa do território, que depende de fatores de ordem cultural, jurídica, social, político-administrativa e ambiental. A ausência de uma reorganização estrutural contribui para a produção de desigualdades socioeconômicas, além de ser crucial para a produção de impactos socioambientais, sentidos invariavelmente pelas camadas mais fragilizadas da sociedade.

Desta forma, o presente trabalho pode ser pauta de debates entre diferentes entes da sociedade civil; pode servir como base para o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas que busquem um ordenamento do território, a fim de beneficiar a população de forma equânime; e, ainda, pode contribuir para definição de estratégias de ações para prevenção e mitigação dos impactos socioambientais aqui elencados.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Cláudio e DAVIDSON, Forbes. Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: ed. Mauad, 1998.
- ACSELRAD, Henri e COLI, Luis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri (org.). Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro IPPUR/UFRJ, 2008.
- AHMED, Qureshi; LU, Huapu e YE Shi. Urban transportation and equity: A case study of Beijing and Karachi. *Transportation Research Part A*, v. 42, p.125-139, 2008.
- AHERN, Jack; CILLIERSB, Sarel e NIEMELA, Jari. The concept of ecosystem services in adaptive urban planning and design: A framework for supporting innovation. *Landscape and Urban Planning*, v. 125, p. 254-259, 2014.
- ALBUQUERQUE, Mauricélia. A presença dos africanos e afrodescendentes em Garopaba e seus arredores. In: Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, Florianópolis, SC, 2014.
- ALVIM, Alexandra. Sobre Tantas Garopabas: A Construção do Discurso Turístico no Litoral Catarinense. *Revista Rosa dos Ventos*, v. 2, n. 6, p.217-228, 2014.
- ANDRADE, Jaqueline e SCHERER, Martinez. Decálogo da gestão costeira para Santa Catarina: avaliando a estrutura estadual para o desenvolvimento do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 29, p. 139-154, 2014.
- ANGEL, Shlomo; PARENT, Jason; CIVCO, Daniel L.; BLEI, Alexander; POTERE, David. The dimensions of global urban expansion: Estimates and projections for all countries, 2000-2050. *Progress in Planning*, v. 75, p. 53-107, 2011.
- ANTROP, 2004: ANTROP, Marc. Landscape change and the urbanization process in Europe. *Landscape and Urban Planning*, v. 67, p.9-26, 2004.
- ASMUS, M. et al. Gestão costeira no Brasil: instrumentos, fragilidades e potencialidades. *Gestão Costeira Integrada*, v.5, p. 52-57, 2006.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Perfil: Garopaba, SC. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/garopaba_sc> Acesso em 10 nov. 2018.
- AYOTAMUNO, Josiah e GOBO, Akuro. Municipal solid waste management in Port Harcourt, Nigeria. *Management of Environmental Quality*, v. 15, n. 4, p. 389-398, 2004.

AZÓCAR, Geraldo *et al.* Urbanization patterns and their impacts on social restructuring of urban space in Chilean mid-cities: The case of Los Angeles, Central Chile. *Land Use Policy*, v. 24, p. 199-211, 2007.

BAENINGER, Rosana (Org.). *População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

BAI, Xuamei; CHEN Jing; SHI, Peijun. Landscape Urbanization and Economic Growth. *Environmental Science & Technology*, v. 46, p.132-139, 2012.

BALDASSARE, Mike e WILSON, Georjeanna. More trouble in paradise: urbanization and the decline in suburban quality-of-life ratings. *Urban Affairs Review*, v. 30, n. 5, p. 690-708, 1995.

BALDISSERA, Luana e BAHL, Miguel. Turistas e moradores locais: Uma reflexão teórica dessa relação. In: *Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul - Turismo e paisagem: relação complexa*, Caxias do Sul, Brasil, 2012.

BAO, Chao e FANG, Chuang-lin. Water Resources Flows Related to Urbanization in China: Challenges and perspectives for Water Management and Urban Development. *Water Resources Management*, v. 26, p. 531-552, 2012.

BARBIER, Edward *et al.* The value of estuarine and coastal ecosystem services. *Ecological Monographs*, v.81, n.2, p. 169-193, 2011.

BATISTA, Gisele e ORTH, Dora. Indicadores socioambientais para avaliação de impacto: Sistema especialista ambiental como instrumento gestão ambiental. *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, p. 1-16, 2011.

BEDIN, Mayling e NASCIMENTO, Ederson. Urbanização e segregação socioespacial em Chapecó, Santa Catarina, Brasil: Bases históricas – geográficas. In: *Encuentro de Geografos da América Latina*, Perú, 2013.

BERNARD, H. R. *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches*. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.

BERNARDY, Rógis. O Planejamento Urbano de Pequenos Municípios Com Base no Plano Diretor. *Desenvolvimento em Questão*, a. 11, n. 22, 2013.

BERTUCCI, Pereira *et al.* Turismo e urbanização: os problemas ambientais da lagoa de Araruama – Rio de Janeiro. *Ambiente & Sociedade*, v. XIX, n. 4, p. 43-64, 2016.

BESEN, José. 1980: São Joaquim de Garopaba (Recordações da Freguesia). Gráfica Mercúrio LTDA. Florianópolis, 1980.

BETTENCOURT, Luís M. A *et al.* Growth, innovation, scaling, and the pace of life in cities. PNAS, v. 104, n 17, p. 7301-7306, 2007.

BITTENCOURT, Rodrigo. Estudo sobre o impacto da urbanização nas dunas das praias do Santinho e Ingleses do Rio Vermelho localizados no norte da ilha de Santa Catarina. 2017. 83 p. Monografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

BJORVATN, Kjetil. Urban Infrastructure and Industrialization. Journal of Urban Economics, v. 48, p.205-218, 2000.

BLOOM, David E.; CANNING, David; FINK, Günther. Urbanization and the Wealth of Nations. Harvard: Program on the global demography of aging, n. 30, 2008.

BOND, Patrick. Basic infrastructure for socio-economic development, environmental protection and geographical desegregation: South Africa's unmet challenge. Geoforum, v. 30, p. 43-59, 1999.

BOOTH, Derek. Urbanization and the Natural Drainage System. The Northwest Environmental Journal, v.7, p.93-118, 1991.

BORELLI, Elizabeth. Urbanização e qualidade ambiental: o processo de produção do espaço da costa brasileira. Revista internacional interdisciplinar – Interthesis, v. 4, n. 1, 2007.

BRAGA, Roberto. Política urbana e gestão ambiental: considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano. In: CARVALHO, Pompeu F.; BRAGA, Roberto (orgs.) Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias. Rio Claro: LPM-UNESP, 2001.

BRAGANHOLO, Manuela. Engenhos de Farinha: história, memória e resistência no litoral catarinense. 2017. 115p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Mais de 80% da população brasileira habita 0,63% do território nacional. 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/28840923/mais-de-80-da-populacao-brasileira-habita-063-do-territorio-nacional>> Acesso em 24 fev. 2019.

_____. Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Sistema de informação geográfica da mineração (SIGMINE). 2016. Processos minerários. Disponível em: <http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/>. Acessado em 20 mai 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Unidades de Conservação. 2019. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao>> Acesso em 11 mar. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Áreas de preservação permanente e unidades de conservação x áreas de risco. Brasília, 2011. 96p. Disponível em:
http://www.mma.gov.br/estruturas/202/_publicacao/202_publicacao01082011112029.pdf Acesso em 19 jun de 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em:
<<http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>> Acesso em 30 out. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Plano nacional de gerenciamento costeiro (PNGC II). 1997. Disponível em:
<https://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/pngc2.pdf> Acesso em 02 out. 2019.

_____. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em 31 mai. 2018.

_____. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em 11 nov. 2018.

_____. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7661.htm> Acesso em 14 nov. 2018.

_____. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm> Acesso em 10 abr. 2019.

_____. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 19 mar. 2019.

BROWN, Lester. Eco-Economy: Building an Economy for the Earth. W. W. Norton & Co., Nova Iorque, 2001.

BRUECKNER, Jan. Infrastructure financing and urban development: The economics of impact fees. *Journal of Public Economics*, v. 66, p. 383-407, 1997.

BRUNT, Paul; COURTNEY, Paul. Host perceptions of sociocultural impacts. *Annals of Tourism Research*, v. 26, n. 3, p. 493-515, 1999.

BUDEANU, Adriana. Sustainable tourist behaviour – a discussion of opportunities for change. *International Journal of Consumer Studies*, v. 31, p.499-508, 2007.

BURAK, S.; DOGAN, E. e GAZIOGLU, C. Impact of urbanization and tourism on coastal environment. *Ocean & Coastal Management*, v. 47, p. 515-527, 2004.

BURKE, Lauretta *et al.* Pilot analysis of global ecosystems: Coastal Ecosystems. World Resources Institute Washington, DC, 2001.

BYRD, Erick; BOSLEY, Holly e DRONBERGER, Meghan. Comparisons of stakeholder perceptions of tourism impacts in rural eastern North Carolina. *Tourism Management*, v. 30, p. 693-703, 2009.

CAGNINI, Lariane. Estacionamento reduzido na Praia do Ouvidor divide opiniões. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/lariane-cagnini/estacionamento-reduzido-na-praia-do-ouvidor-divide-opinioes>> Acesso em 01 jul 2019.

CÂMARA, Maurício. O turismo no litoral de Santa Catarina: tensões, conflitos e reorganização espacial. 2001. 215p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFSC/CFH, Florianópolis, 2001.

CARLOS, Ana. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana; SOUZA, Marcelo e SPOSITO, Maria (orgs.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo. Contexto, 2018.

CAROSO, Carlos e RODRIGUES, Núbia. Nativos, Veranistas e Turistas: Identidades, Mudança e Deslocamento SocioCultural no Litoral Norte da Bahia. *Turismo em Análise*, v.9, n.1, p. 61-75,1998.

CARDOSO, Eduardo. Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social. 2001. 143p. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, departamento de Geografia – USP, São Paulo, 2001.

CARVALHO, Joaquim. Energia e sociedade. *Estudos avançados*, v.28, n.82, 2014.

- CARVALHO, Pedro. Dono da Mormaii dá partes da empresa a funcionários. 2015. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Resultados/noticia/2015/09/dono-da-mormaii-da-partes-da-empresa-funcionarios.html>> Acesso em 20 fev. 2019.
- CASSILHA, Gilda e CASSILHA, Simone. Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.
- CASTELLANO, Flora. Território e desenvolvimento rural: O caso dos engenhos de farinha de mandioca do litoral centro-sul de Santa Catarina. 2015. 127 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- CHAVAN, Meena; CHANDIRAMANI, Jyoti e NAYAK, Sushma. Assessing the state of physical infrastructure in progressive urbanization strategy: SAP-LAP analysis. *Habitat International*, v.19, p. 1-16, 2019.
- CHRISTOPHERS, Brett. Revisiting the Urbanization of Capital. *Annals of the Association of American Geographers*, v.101, p. 1347-1364, 2011.
- CLARK, David. Interdependent urbanization in an urban world: An historical overview. *The Geographical Journal*, v. 164, n 1, p. 85-95, 1998.
- COELHO, Maria. Impactos Ambientais em Áreas Urbanas – Teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, Antônio e CUNHA, Sandra (org). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. 5^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.
- COHEN, Barney. Urbanization in developing countries: Current trends, future projections, and key challenges for sustainability. *Technology in Society*, v. 28, p. 63-80, 2006.
- COMERLATO, Fabiana. As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais. *Tempos Históricos*, v. 15, n. 3, p.481-501, 2011.
- CORRÊA, Roberto. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana; SOUZA, Marcelo e SPOSITO, Maria (orgs). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2018.
- CORIOLANO, Luzia; BARBOSA, Luciana e SAMPAIO, Camila. Veraneio, turismo e especulação imobiliária no Porto das Dunas - litoral cearense. *Tiempo Libre – turismo y recreación*, v.1, 2010.
- CORIOLANO, Luzia. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. In: Portuguez, Anderson; Seabra, Giovanni e Queiroz, Odaléia (orgs). *Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

COSTA, Viegas. O Patrimônio Cultural de Garopaba (SC) na percepção dos professores da rede pública municipal de ensino. In: Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, Florianópolis, SC, 2014.

COSTANZA, Robert *et al.* The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature*, vol. 387, p. 253-260, 1997.

COSTANZA, Robert *et al.* Changes in the global value of ecosystem services. *Global Environmental Change*, vol. 26, p. 152–158, 2014.

CREEL, Liz. Ripple Effect: Population and Coastal Regions. Population Reference Bureau: making the link. Washington D.C., USA. 2003.

DALL'AGNOL, Sandra. Impactos do turismo x comunidade local. In: Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul -Turismo e paisagem: relação complexa, Caxias do Sul, Brasil, 2012.

DANILEVICZ, Elisabeth *et al.* Florística e estrutura da comunidade herbácea e arbustiva da praia do Ferrugem, Garopaba-SC. *Acta Botanica Brasiliensis*, v. 4, n.2, 1990.

DARAMOLA, Adedeji e IBEM, Eziyi. Urban environmental problems in Nigeria: implications for sustainable development. *Journal of Sustainable Development in Africa*, v. 12, n.1, 2010.

DESCHAMPS, Marley; DELGADO, Paulo. Santa Catarina no contexto migratório nacional: um estudo dos fluxos e das características de quem migra. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, São Pedro/SP, 2014.

DIEGUES, Antonio. Human populations and coastal wetlands: conservation and management in Brazil. *Ocean & Coastal Management*, v.42, p. 187-210, 1999.

DIMITROVA, Elena. The ‘sustainable development’ concept in urban planning education: lessons learned on a Bulgarian path. *Journal of Cleaner Production*, v. 62, p.120-127, 2014.

DOUVERE, Fanny. The importance of marine spatial planning in advancing ecosystem-based sea use management. *Marine Policy*, v. 32, p. 762-771, 2008.

EPAGRI. Tipos de florestas em Santa Catarina. 2018. Disponível em: <http://ciram.epagri.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2417:4-tipos-de-florestas-em-santa-catarina&catid=58:hotsite-iff&Itemid=743> Acesso em 12 mar. 2019.

EYLES, Nick; MERIANO, Mandy e CHOW-FRASER, Patricia. Impacts of European settlement (1840–present) in a Great Lake watershed and lagoon: Frenchman’s Bay, Lake Ontario, Canada. *Environmental Earth Sciences*, v. 68, p.2211-2228, 2013.

FALCÃO, Lívia; CASTRO, Alexandre e SILVEIRA, José. Produção do espaço urbano e segregação: o caso da av. liberdade no município de Bayeux-PB. In: II Simpósio de Estudos Urbanos – SEURB: a dinâmica das cidades e a produção do espaço, Curitiba, Brasil, 2013.

FARIAS, André *et al.* Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil. Campinas, 2017. Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/28840923/mais-de-80-da-populacao-brasileira-habita-063-do-territorio-nacional>> Acesso em 01 nov. 2018.

FERRARI, José. Limites e potencialidades do planejamento urbano: Uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. *Estudos Geográficos*, Rio Claro, p.15-28, 2004.

FERRETI, Rayne. Em 2030, 90% da população brasileira viverá em cidades. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/10/em-2030-90-da-populacao-brasileira-vivera-em-cidades>> Acesso em 25 out. 2018.

FILARDI, Ana Clara. Diagnóstico da pesca artesanal marinha do município de Garopaba (SC): potencialidades e obstáculos para a gestão adaptativa para o ecodesenvolvimento. 2007. 245p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO/CFH, Florianópolis, 2007.

FIORINI, Lorena *et al.* Land take and landscape loss: Effect of uncontrolled urbanization in Southern Italy. *Journal of Urban Management*. 2018.

FLORES, Maria. Entre a casa e a rua...memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. *Cadernos pagu*, v.4, p.117-142, 1995.

GARCIA, Celso e SERVERA, Jaume. Impacts of tourism development on water demand and beach degradation on the island of Mallorca (Spain). *Geografiska Annaler*, v. 85, p. 287-300, 2003.

GAROPABA. Plano municipal de saneamento básico de Garopaba – Vol. I. 2012. Disponível em: <https://static.fecam.net.br/uploads/344/arquivos/639774_121_anexo_volume_i_versao_final_pmsb.pdf> Acesso em 9 mai. 2019.

_____. História do Município. 2014. Disponível em: <<https://www.garopaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/23105>>. Acesso em 07 jan. 2019.

_____. Histórico. 2015a. Disponível em: <<https://www.garopaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/58388>>. Acesso em 07 jan. 2019.

_____. Atividades Econômicas. 2015b. Disponível em: <<https://www.garopaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/23113>> Acesso em 09 nov. 2018.

_____. Garopaba foi sede de uma armação baleeira. 2016. Disponível em: <<https://www.garopaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/86380>> Acesso em 28 fev. 2019.

_____. Infraestrutura: Coleta de Lixo. 2017. Disponível em: <<https://www.garopaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/108072>> Acesso em 11 mar 2019.

_____. Pescadores e surfistas renovam acordo para a temporada da pesca da tainha. 2018. Disponível em: <https://www.garopaba.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/7747/codNoticia/481113> Acesso em 10 jul 2019.

_____. Lei Municipal nº 255 de 1987. Institui o plano diretor físico territorial urbano do município de Garopaba, estado de Santa Catarina, e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/g/garopaba/lei-ordinaria/1987/25/255/lei-ordinaria-n-255-1987-institui-o-plano-diretor-fisico-territorial-urbano-do-municipio-de-garopaba-estado-de-santa-catarina-e-da-outras-providencias>> Acesso em 13 mar. 2019.

GIL, Antonio. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAESER, Edward. Cities, Productivity, and Quality of Life. Science, v. 333, p. 592-594, 2011.

GODOY, Paulo; BRAY, Silvio. Considerações sobre o espaço urbano no Brasil. In: GERARDI, L. H. O (Org.). Ambientes: estudos de Geografia. Rio Claro: Ageteo, p. 185-200, 2003.

GOMES, Marcos e SOARES, Beatriz. Reflexões sobre qualidade ambiental urbana. Estudos Geográficos, v. 2, n. 2, p.21-30, 2004.

GÓMEZ-BAGGETHUN, Erik e BARTON, David N. Classifying and valuing ecosystem services for urban planning. Ecological Economics, v.86, p.235-245, 2013.

GONÇALVES, Rodrigo *et al.* Urbanização costeira e sombreamento na praia de Boa Viagem, Recife-PE, Brasil. Revista de geografia Norte Grande, n. 54, 2013.

GÖSSLING, Stefan *et al.* Tourism and water use: Supply, demand, and security. An international review. Tourism Management, v.33, p. 1-15, 2012.

GRAY, Claudia *et al.* Local biodiversity is higher inside than outside terrestrial protected areas worldwide. Nature Communications, v. 7. 2016.

GREENFIELD, Patricia. Social change, cultural evolution, and human development. Current Opinion in Psychology, v. 8, p. 84-92, 2016.

GUERRERO, Lilliana; MAAS, Ger e HOGLAND, William. Solid waste management challenges for cities in developing countries. *Waste Management*, v. 33, p. 220-232, 2013.

GUILARDI, Lívia. Garopaba (SC): Economia colonial, complexo rural e acumulação flexível do capital. 2014. 176p. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, 2014.

GÜNERALP, Burak; *et al.* Urbanization Forecasts, Effects on Land Use, Biodiversity, and Ecosystem Services. In: ELMQVIST, Thomas *et al.*(ed.). *Urbanization, Biodiversity and Ecosystem Services: Challenges and Opportunities*. Springer, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Redes de diásporas. *Cadernos de Departamento de Geografia*, v. 2, n. 2, p.:9- 15, 1999.

HARBOR, Jonathan M. A Practical Method for Estimating the Impact of Land-Use Change on Surface Runoff, Groundwater Recharge and Wetland Hydrology. *Journal of the American Planning Association*, v. 60, n. 1, 95-108, 1994.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariado urbano. *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, ano XVI, n. 39, p 48-64, 1996.

_____. The right to the city. *New Left Review*, vol. 55, 2008.

HENRIQUE, Wendel e MENDES, Iandara. Zoneamento ambiental em áreas costeiras: uma abordagem geomorfológica. P. 199-222. In: GERARDI, Lucia helena de Oliveira e MENDES, Iandara Alves (orgs). *Teoria, técnicas, espaços e atividades: temas de Geografia contemporânea*. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, AGETEO, 2001.

HENDERSON, Jason e WEILER, Stephan. Entrepreneurs and Job Growth: Probing the Boundaries of Time and Space. *Economic Development*, v. XX, p 1-10, 2009.

HERLIHY, Peter e KNAPP, Gregory. Maps of, by, and for the Peoples of Latin America. *Human Organization*, v. 62, n. 4, 2003.

HIDAYAH, Zainul; ROSYID, Daniel e ARMONO, Haryo. Planning for sustainable small island management: case study of Gili Timur Island East Java Province Indonesia. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, v. 227, p.785-790, 2016.

HOLZER, Werther; CRICHYNO, Jorge e PIRES, Alice. Sustentabilidade da urbanização em áreas de restinga: uma proposta de avaliação pós-ocupação. *Paisagem Ambiente: ensaios*, n. 19, p. 49-66, 2004.

HONDA, Sibila C. *et al.* Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP). Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 7, n.1, p. 62-73, 2015.

IBGE. Atlas geográfico das zonas costeiras e oceânicas do Brasil. Diretoria de Geociências. - Rio de Janeiro: IBGE, 176p., 2011.

_____. Projeções da população. 2018a. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html> Acesso em 01 nov. 2018.

_____. Munic: mais da metade dos municípios brasileiros não tinha plano de saneamento básico em 2017. 2018b. Disponível em:
<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22611-munic-mais-da-metade-dos-municipios-brasileiros-nao-tinha-plano-de-saneamento-basico-em-2017>. Acesso em mai 2019.

_____. Garopaba: Frota de veículos. 2018c. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/garopaba/pesquisa/22/28120?tipo=ranking&indicador=28122&ano=2018> Acesso em 20 mar. 2019.

_____. Áreas urbanizadas do Brasil: 2015. Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: 2017.

_____. Panorama da População urbana e rural de SC. 2016. Disponível em
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama> Acesso em 01 out. 2018.

_____. Garopaba: Censo de 2010 – Amostra: Resultados gerais. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/garopaba/pesquisa/23/26170> Acesso em 10 mai. 2019.

_____. Séries históricas e estatísticas: censos de 1980 e 1991. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/> Acesso em 11 mar. 2019.

ICHIMURA, Masakazu. Urbanization, Urban Environment and Land Use: Challenges and Opportunities. In: Asia-Pacific forum for environment and development: expert meeting, Guilin, People's Republic of China. 2003.

ICMBIO. Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. Disponível em:
<http://www.icmbio.gov.br/apabaleiafranca/> Acesso em 07 nov. 2018.

ISLAM, Shahidul e TANAKA Masaru. Impacts of pollution on coastal and marine ecosystems including coastal and marine fisheries and approach for management: a review and synthesis. Marine Pollution Bulletin, v. 48, p. 624-649, 2004.

JACOMEL, Fabiana. Conflitos socioambientais em áreas úmidas na zona costeira catarinense. Estudo de caso relacionado à ocupação predatória do Banhado da Palhocinha, no Município de Garopaba, no período de 1998 a

2012. 2012. 265p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

JAYASURIYA, Ruwan e WODON, Quentin. Explaining Country Efficiency in Improving Health and Education Indicators: The Role of Urbanization. World Development Report - Dynamic Development in a Sustainable World. 2003. Disponível em:
<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.835.4422&rep=rep1&type=pdf> Acesso em 01 jun 2019.

JOSHI, Rajkumar e AHMED, Sirajuddin. Status and challenges of municipal solid waste management in India: A review. *Cogent Environmental Science*, v. 2, n.1, p. 1-18, 2016.

JUMA, Dauglas; WANG, Hongtao e LI, Fengting. Impacts of population growth and economic development on water quality of a lake: case study of Lake Victoria Kenya water. *Environmental Science and Pollution Research*, v. 21, n.8, p 5737–5746, 2014.

KOTAVAARA, Ossi; ANTIKAINEN, Harri e RUSANEN, Jarmo. Urbanization and Transportation in Finland, 1880-1970. *Journal of Interdisciplinary History*, v. XLII, n. I, p.89-109, 2011.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo – para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2001.

LAKSHMI, R. e SHAJI, T.L. Transformation of coastal settlements due to tourism. *Procedia Technology*, v. 24, p. 1668-1680, 2016.

LATTES, Alfredo; RODRÍGUEZ, Jorge e VILLA, Miguel 2002. Population dynamics and urbanization in Latin America. Concepts and data limitations. In: IUSSP Expert Meeting, Bellagio, 2002.

LAVILLE, Christian e DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ, 1999.

LEE, S. et al. Impact of urbanization on coastal wetland structure and function. *Austral Ecology*, v. 31, p.149-163, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 2 ed. Paris: Anthropos, 1981.

_____. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Ana e ANDRADE, Laise. Riqueza de espécies e composição florística em um ambiente de duna após 50 anos de pressão antrópica: um estudo na Praia de Boa Viagem, Recife, PE – Brasil. *Biotemas*, v. 17, n. 1, p. 29-46, 2004.

LINHARES, Talita e SANTOS, Luis. Mapeamento participativo: subsídio à gestão participativa e ao manejo sustentável de recursos naturais de comunidades tradicionais. *Sociedade e Território*, v. 29, n. 1, p. 50-70, 2017.

LOMBARDO, Magda. Ilha de Calor nas Metrópoles: o exemplo de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1985.

LONG, Hualou *et al.* Effects of land use transitions due to rapid urbanization on ecosystem services: Implications for urban planning in the new developing area of China. *Habitat International*, v. 44, p. 536-544, 2014.

LOPES, Francisco W. R. Urbanização turística de áreas litorâneas e os efeitos sobre a experiência de morar das populações locais. In: 30^a Reunião Brasileira de Antropologia, João Pessoa, 2016.

LOPES, Vera. *et al.* Dinâmicas territoriais e a organização dos pescadores: A experiência da rede solidária da pesca no Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management*, v. 11, n. 2, p. 187-196, 2011.

LOPES-JÚNIOR, Edmilson. População e meio ambiente nas paisagens da urbanização turística do Nordeste: o caso de Natal. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloísa Soares de Moura. *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: SENAC-SP, p. 213-231, 2000.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística - um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: Ed. UECE, 1998. p. 15-29.

LUNA, Sérgio. O falso conflito entre tendências metodológicas. *Cad. Pesq.*, São Paulo, v. 66, p.70-74, 1988.

LÜTHI, Christoph *et al.* Rethinking sustainable sanitation for the urban environment. In: The 4th International Conference of the International Forum on Urbanism (IFoU), Amsterdam. *The New Urban Question – Urbanism beyond Neo-Liberalism* p. 451-162, 2009.

MACHADO, Thiago. Cidade e meio ambiente em debate: notas sobre o papel da infraestrutura de saneamento no planejamento estratégico urbano. *Interface*, v.2, n 2, p.40-51, 2005.

MACIEL, Ana e LIMA, Zuleide. O conceito de paisagem: diversidade de olhares. *Sociedade e Território*, v. 23, n. 2, p. 159-177, 2011.

MADLENER, Reinhard e SUNAK, Yasin. Impacts of urbanization on urban structures and energy demand: What can we learn for urban energy planning and urbanization management? *Sustainable Cities and Society*, v. 1, p.45-53, 2011.

MAFRA, Francisco e SILVA, Amado. Planeamento e gestão do território. SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação, Porto, 2004.

MAGALHÃES, André, CASATTI, Lilian e VITULE, Jean. Alterações no Código Florestal Brasileiro Favorecerão Espécies Não-nativas de Peixes de Água Doce. *Natureza & Conservação* v. 9, n.1, p.121-124, 2011.

MALLIN, Michael *et al.* Effect of human development on bacteriological water quality in coastal watersheds. *Ecological Applications*, v.10, n.4, p. 1047-1056, 2000.

MARICATO, Ermínia. Dimensões da tragédia urbana. *ComCiência*, v.29, p.18, 2002.

_____. O ministério das cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. *Políticas sociais – acompanhamento e análise*, v. 12, 2006.

MARINHO, Thiago e SCHOR, Tatiana. Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/AM. *Geografafares*, n 7, p. 77-91, 2009.

MARTINE, George e MCGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: Baeninger, Rosana (Org.). *População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

MARTÍNEZ, M.L. *et al.* The coasts of our world: Ecological, economic and social importance. *Ecological Economics*. v. 63, p. 254-272, 2007.

MAZZETO, F. A. P. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. *Sociedade e Natureza*, a. 12, n. 24, p. 21-31, 2000.

MCDONALD, Robert *et al.* The implications of current and future urbanization for global protected areas and biodiversity conservation. *Biological conservation*, 141, p. 1695-1703, 2008.

MCDONALD, Robert; MARCOTULLIO, Peter; GÜNERALP, Burak. Urbanization, biodiversity and ecosystem services: Challenges and Opportunities. In: ELMQVIST, Thomas *et al.*(ed.). *Urbanization, Biodiversity and Ecosystem Services:Challenges and Opportunities*. Springer, 2013.

MCDONALD, Robert *et al.* Water on an urban planet: urbanization and the reach of urban water infrastructure. *Global Environmental Change*, v. 27, p. 896-105, 2014.

MCGUIRK, Pauline e ARGENT, Neil. Population Growth and Change: Implications for Australia's Cities and Regions. *Geographical Research*, v. 49, p. 317-335, 2011.

MCKENZIE, Kwame. Urbanization, Social Capital and Mental Health. Global Social Policy Copyright, v. 8, p.359–377, 2008.

MCLAIN, Rebecca *et al.* Making Sense of Human Ecology Mapping: An Overview of Approaches to Integrating Socio-Spatial Data into Environmental Planning. *Human Ecology*, v. 41, p. 651-665, 2013.

MCNEILL, J. R. Something new under the sun, an environmental history of the twentieth century world. Nova York: W.W. Norton and Company, 2000.

MENDIOLA, Lorea; GONZÁLEZ, Pilar e CEBOLLADA, Àngel. The relationship between urban development and the environmental impact mobility: A local case study. *Land Use Policy*, v. 43, p. 119-128, 2015.

MENEZES, Daiane e POSSAMAI, Ana. Desenvolvimento humano e bem-estar urbano nas Regiões Metropolitanas brasileiras. In: ONU/PNUD. Prêmio Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: coletânea de artigos. Brasília: PNUD: IPEA:FJP, 2015.

MIANA, Anna. Adensamento e forma urbana: inserção de parâmetros ambientais no processo de projeto. 2010. 393p.Tese. Doutorado - Tecnologia da Arquitetura: FAUUSP, São Paulo, 2010.

MIKOVITSA, C., RAUCHA, W. e KLEIDORFERA, M. Dynamics in urban development, population growth and their influences on urban water infrastructure. *Procedia Engineering*, v. 70, p.1147-1156, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Documento base para a definição de uma política nacional de ordenamento territorial – PNOT. Brasília, 2006.

MIOTO, Beatriz. Aspectos gerais da demografia catarinense na primeira década do século XXI. *Revista NECAT*, a.1, n 1, p. 31-36, 2012.

MIRANDA, Nascimento. Percepção ambiental dos proprietários rurais do município de Palmas (TO): subsídios para o licenciamento ambiental. 2010. 128p. Dissertação. Mestrado em Ciências do Ambiente - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2010.

MOESCH, Marutschka Martini. A produção do saber turístico. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MONTEIRO, Maurici e SILVA, Pâmela. Clima. 2016. In: SECRETARIA DO ESTADO DE PLANEJAMENTO. *Atlas geográfico de Santa Catarina: Diversidade da Natureza – Fascículo 2*. 2^a edição. Editora UDESC, Florianópolis, 2016.

MOOREA, Melinda; GOULDB, Philip; KEARY, Barbara. Global Urbanization and Impact on Health. International Journal of Hygiene and Environmental Health. Baltimore, p. 269-278, 2003.

MORAES, Antônio. Os impactos da política urbana na zona costeira. Brasília, MMA, 1995.

MORAES, Luiz. Política e Plano Municipal de Saneamento Básico: aportes conceituais e metodológicos. 2009. In: Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS) Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de saneamento básico / coord. Berenice de Souza Cordeiro. Brasília: Editora, 2009.

MOREIRA, Artilhes. Frota de veículos cresce 119% em dez anos no Brasil, aponta Denatran. 2011. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/carros/noticia/2011/02/frota-de-veiculos-cresce-119-em-dez-anos-no-brasil-aponta-denatran.html>> Acesso em 29 mai 2019.

MOURA, Nina *et al.* A Urbanização na Zona Costeira: Processos Locais e Regionais e as Transformações Ambientais - o caso do Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Ciência e Natura, v. 37, n.42, p. 594-612, 2015.

MUEHE, Dieter. Geomorfologia Costeira. p. 253-308. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (orgs.). Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MULLINS, P. Turism Urbanization. International Journal of Urban and Regional Research. Cambridge, v. 15, n. 3, 1991.

MUNARI, Amanda. Memória e percepção ambiental de moradores de Garopaba: um estudo de caso da lagoa das Capivaras. Dissertação. 2017. 133p. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC. Criciúma, 2017.

MUNARI, Amanda; ASSUNÇÃO, Viviane e MENEZES, Carlyle. Problemas socioambientais decorrentes da urbanização e turismo: estudo de caso da Lagoa das Capivaras, Garopaba (SC), Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 44, Edição especial: X Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro, p. 242-266, 2018.

NAGENDRA, Harini *et al.* Sub-regional Assessment of India: Effects of Urbanization on Land Use, Biodiversity and Ecosystem. In: ELMQVIST, Thomas *et al.*(ed.). Urbanization, Biodiversity and Ecosystem Services: Challenges and Opportunities. Springer, 2013.

NETTO, Vinicius. A urbanização no coração da economia: o papel das cidades no crescimento econômico. Arquitextos, São Paulo, a. 11, n. 126, 2010. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.126/3655> Acesso em 02 jun 2019.

NIEMELÄ, Jari *et al.* Using the ecosystem services approach for better planning and conservation of urban green spaces: a Finland case study. *Biodiversity and Conservation*, v.19, p.3225-3243, 2010.

NMD. Avaliação local participativa de ecossistemas costeiros. Projeto piloto de criação de uma Agenda 21 na Lagoa de Ibiraquera, municípios de Imbituba e Garopaba, SC. Florianópolis, 2001.

NSC. Moradores protestam contra despejo de esgoto tratado na Lagoa da Encantada, em Garopaba. 2017. Disponível em:
<https://www.nsctotal.com.br/noticias/moradores-protestam-contra-despejo-de-esgoto-tratado-na-lagoa-da-encantada-em-garopaba> Acesso em 18 abr. 2019.

OLIVEIRA, Flávia. Espaço, lugar, identidade e urbanização: conceitos geográficos na abordagem do Turismo. 2006. 126p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais - Instituto de Geociências, Belo Horizonte.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Financiamento dos sistemas de saúde: o caminho para a cobertura universal. 2010. Disponível em:
<https://www.who.int/eportuguese/publications/WHR2010.pdf?ua=1> Acesso em 17 nov. 2018.

ONU – Organização das Nações Unidas. World population prospects: 2017 revision. Department of Economic and Social Affairs Population Division. 2017a. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/> Acesso em 30 out. 2018.

_____. The ocean conference. Nova Iorque. 2017b. Disponível em:
<https://www.un.org/sustainabledevelopment/wp-content/uploads/2017/05/Ocean-fact-sheet-package.pdf> Acesso em 31 out. 2018.

_____. World population prospects: 2018 revision (Key Facts). 2018. Department of Economic and Social Affairs Population Division. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/> Acesso em 31 out. 2018.

_____. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD. Ranking IDHM Municípios 2010. 2010a. Disponível em:
<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html> Acesso em 28 fev. 2019.

_____. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD. Ranking IDHM Unidades da Federação 2010. 2010b. Disponível em:
<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html> Acesso em 28 fev. 2019.

OTENG-ABABIO, Martin; ARGUELLO, Jose; GABBAY, Offira. Solid waste management in African cities: Sorting the facts from the fads in Accra, Ghana. *Habitat International*, v. 39, p. 96-104, 2013.

PEREIRA, Alexandre. Urbanização-metropolização e vilegiatura no litoral nordestino brasileiro. *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 4, p.107-121, 2015.

PEREIRA, Raquel. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil): gênese e transformações recentes. *Geosul*, Florianópolis, v.18, n.35, p. 99-129, 2003.

PEREIRA, Thiago. Advogados estudam fechamento da Praia do Ouvidor e devem recorrer da decisão de proibir estacionamento de veículos. 2019a. Disponível em: <<https://www.noticiasinfoco.com.br/artigo/advogados-estudam-fechamento-da-praia-do-ouvidor-e-devem-recorrer-da-decisao-de-proibir-estacionamento-de-veiculos>> Acesso em 01 jul 2019.

PEREIRA, Thiago. Casan diz aos vereadores de Garopaba que a Estação de Tratamento de esgoto realmente será no Ambrósio. 2019b. Disponível em: <<https://www.noticiasinfoco.com.br/artigo/casan-diz-aos-vereadores-de-garopaba-que-estacao-de-tratamento-de-esgoto-realmente-sera-no-ambrosio>> Acesso em 20 jun 2019.

PERES, Renata. Uso e ocupação do solo e impactos ambientais urbanos. In: SANTOS, Silvia *et al.* (orgs). *Cadernos do Cescar – Educação Ambiental: Metodologias e temas socioambientais na formação de educadoras(es) ambientais (2001– 2008)*. São Carlos: Gráfica e Editora Futura, 2011.

PIMENTA, Luís e PIMENTA, Margareth. Políticas Públicas e Segregação Sócio-Espacial: o caso do Maciço Central em Florianópolis. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, 2002.

PONS, Antoni; SALAMANCA, Onofre e MURRAY, Ivan. Tourism capitalism and island urbanization: tourist accommodation diffusion in the Balearics, 1936-2010. *Island Studies Journal*, v. 9, n. 2, p. 239-258, 2014.

PORTZ, Luana *et al.* Turismo e degradação na orla do Rio Grande do Sul: conflitos e gerenciamento. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 153-166, 2010.

PRESTES, Laura. Áreas de Proteção Ambiental (APA): conservação e sustentabilidade - o caso da APA da baleia franca (SC/Brasil). 2016. 189p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Geociências, Porto Alegre.

QIAN, Junxi; FENG, Dan e ZHU, Hong. Tourism-driven urbanization in China's small-town development: A case study of Zhaopu Town, 1986-2003. *Habitat International*, v. 36, p.152-160, 2012.

RAIMUNDO, Sidnei. Conflitos entre residências secundárias, áreas protegidas e comunidades tradicionais na costa sudeste do Brasil. *Ambiente e Sociedade*, v.18, n.4, 2015.

RAMANKUTTY, Navin e FOLEY, Jonathan. Characterizing patterns of global land use: an analysis of global croplands data. *Global biogeochemical cycles*, v. 12, n. 4, p. 667-685, 1998.

REN, Wenwei *et al.* Urbanization, land use, and water quality in Shanghai 1947-1996. *Environment International*, v. 29, p. 649-659, 2003.

REQUIÃO, Maurício. Gentrificação como abuso de direito. Civilistica.com. Rio de Janeiro, a. 7, n. 2, 2018. Disponível em: <<http://civilistica.com/gentrificacao-como-abuso-de-direito>>. Acesso em 18 jun. 2018.

RICO-AMOROS, Antonio; OLCINA-CANTOS, Jorge e SAURI, David. Tourist land use patterns and water demand: Evidence from the Western Mediterranean. *Land Use Policy*, v. 26, p.493-501, 2009.

ROCHA, João. Alterações nas dunas da Praia de Boa Viagem - Recife (PE) originadas por ação antrópica. *Investigaciones Geográficas*, v. 56, p.138-152, 2018.

RODRIGUES, Arlete. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, Ana; SOUZA, Marcelo e SPOSITO, Maria (orgs). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo. Contexto, 2018.

RODRIGUES-FILHO, Jorge *et al.* Alterations in land uses based on amendments to the Brazilian Forest Law and their influences on water quality of a watershed. *Brazilian Journal of Biology* v.75, n.1, 2015.

RODRIGUES-FILHO, Jorge *et al.* Incentives for aquaculture in protected areas: possible consequences for biodiversity and its services in southern Brazil [carta]. *Biodiversity and Conservation*, v. 28, n.5, p. 1297-1300, 2019.

ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país – Avanços e desafios. *Políticas sociais - acompanhamento e análise*, v. 12, 2006.

SÁNCHEZ, Luis, Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado de Planejamento. Perfil Socioeconômico ADR Laguna. 2016. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/programa-de-desenvolvimento-e-reducao-das-desigualdades-regionais/785--104/file>> Acesso em 19 mai. 2019.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – Setor 4. 2010. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/acoes/20-gerco>> Acesso em 12 jan 2018.

_____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS. Plano estadual de recursos hídricos de Santa Catarina: PERH/SC. 2017a. Disponível em:
<http://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/DHRI/Plano%20Estadual/etapa_a/PERH_SC_RH8_CERTI-CEV_2017_final.pdf> Acesso em 15 abr. 2018.

_____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS. Plano estadual de recursos hídricos de Santa Catarina: PERH/SC. 2017b. Disponível em:
<http://www.aguas.sc.gov.br/jsmallfib_top/DHRI/Plano%20Estadual/etapa_a/PERH_SC_RH8_CERTI-CEV_2017_final.pdf> Acesso em 15 abr. 2018.

_____. Fundação de Meio Ambiente: FATMA. 2019. Histórico de balneabilidade. Disponível em:
<www.fatma.sc.gov.br/laboratorio/dlg_balneabilidade2.php> Acesso em 20 mai 2019.

SANTOS, André. Revitalização para quem? Política urbana e gentrificação no Centro de Santos Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 587-607, 2014.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. 5^aed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Por uma geografia nova: Da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SCHERER, Martinez; SANCHES, Manuel; NEGREIROS, Dora. Gestão das zonas costeiras e as políticas públicas no brasil: um diagnóstico. In: Barragán Muñoz, J.M. (coord.). Manejo Costero Integrado y Política Pública em Iberoamérica: Un diagnóstico. Necesidad de Cambio, Cádiz, 2010.

SCHERER, Martinez *et al.* Urbanização e gestão do litoral centro-sul do estado de Santa Catarina. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 13, p.31-50, 2006.

SCHERER, Martinez; ASMUS, Milton e GANDRA, Tiago. Avaliação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro no Brasil: União, Estados e Municípios. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 44, Edição especial: X Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro, p. 431-444, 2018.

SCOTT, D. Chemical pollution as a factor affecting the sea survival of Atlantic salmon, Salmo Salar. Fisheries Management and Ecology, v. 8, p. 487-499, 2001.

SEPLAN. Atlas escolar de Santa Catarina. Secretaria do Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos, 1991.

SEILHEIMER, Titus *et al.* Impact of urbanization on the water quality, fish habitat, and fish community of a Lake Ontario marsh, Frenchman's Bay. *Urban Ecosystems*, v. 10, p. 299-319, 2007.

SHARHOLY, Mufeed. Municipal solid waste management in Indian cities – A review. *Waste Management*, v. 28, p. 459-467, 2008.

SILVA, Jussara e ARAÚJO, Maria Luiza. Estatuto da cidade e o planejamento urbano-regional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 105, p. 57-74, 2003.

SILVA, Lucia e TRAVASSOS, Luciana. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. *Cadernos metrópole*, v. 19, p. 27-47, 2008.

SILVEIRA, Marcos. Turismo, Políticas de Ordenamento Territorial e Desenvolvimento. Um foco no Estado do Paraná no Contexto Regional. 2002, 277p. Tese. Doutorado em Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. USP, São Paulo, 2002.

SOARES, Joyce *et al.* Impactos da urbanização desordenada na saúde pública: leptospirose e infraestrutura urbana. *Polêmica*, v. 13, n.1, 2014.

SOUZA, Artur; ABÍLIO, Francisco; RUFFO, Thiago. Percepção ambiental de alunos de uma escola pública no entorno do açude Jatobá (Patos), sertão paraibano. In: ABÍLIO, Francisco; FLORENTINO, Hugo; RUFFO, Thiago (org.). *Biodiversidade aquática da caatinga paraibana: limnologia, conservação e educação ambiental*. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.

SOUZA, Deiliany. Urbanização turística, políticas públicas e desenvolvimento: o caso de Salinópolis/PA. *Geografia em questão*, v. 7, n. 01, p.65-86, 2014.

SOUZA, Erich. Um resort na restinga de Maricá / RJ: modernização do território e destruição da pesca artesanal em uma área de proteção ambiental. *Espaço e Economia: Revista brasileira de geografia econômica*, v. 6, n. 6, 2015.

SOUZA, João e MEIRA, Roberta. A Armação Baleeira de Garopaba: sua justa dimensão. *Revista Esboços*, v. 25, n. 40, p. 413 - 434, 2018.

SOUZA, Lucas. Percepção ambiental e a fenomenologia de Husserl: um exercício de reaproximação. In: SILVA, V. C. P.; CORCÍNIO JÚNIOR, G. (Orgs.) *Natureza e representações imaginárias*. Curitiba: Apris, 2013.

SOUZA, Marcelo. *Planejamento Urbano e Ativismos Sociais*. São Paulo: UNESP, 2004.

SPEROTTO, Fabiano. A contribuição do surf para a conservação ambiental do município de Garopaba-SC. *Revista da Graduação*, v. 4, n. 2, p.1-6, 2011.

SPOSITO, Maria. *Capitalismo e Urbanização*. Contexto, São Paulo, 1991.

_____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. v. XI, n. 245. 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.htm> Acesso em 27 jun 2019.

STEINBERG, Florian. Jakarta: Environmental problems and sustainability. Habitat International, v.31, p. 354-365, 2007.

TAMBOSI, Leandro *et al.* Funções eco-hidrológicas das florestas nativas e o Código Florestal. Estudos avançados, v.29, n.84, 2015.

TEIXEIRA, Paulo; MICHELIN, Rita e DALL'AGNOL, Sandra. Turismo e globalização: análise da relação com a identidade cultural. In: V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Belo Horizonte, MG, 2008.

TERAMOTO, Carolina. Conflitos entre pescadores artesanais e amadores de Bertioga/SP e adjacências. 2014. 101p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – PROCAM. Instituto de Energia e eletrotécnica. USP, São Paulo, 2014.

TU, Jun. Spatially varying relationships between land use and water quality across an urbanization gradient explored by geographically weighted regression. Applied Geography, v. 31, p. 376-392, 2011.

TURAN, M. Tayfun; BESIRLI, Asli. Impacts of urbanization process on mental health. Anatolian Journal of Psychiatry, v. 9, p.238-243, 2008.

VALENTIM, Manoel. História de Garopaba: da armação baleeira à comarca. Garopaba: Ed. Prefeitura Municipal, 2007.

VASCONCELOS, Fabio e CORIOLANO, Luzia. Impactos Sócio-Ambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil. Revista da Gestão Costeira Integrada, v. 8, n.2, p. 259-275, 2008.

VAZ, José Carlos. Legislação de uso e ocupação do solo. Dicas: ideias para ação municipal. São Paulo, PÓLIS, n.77, 1996.

VEADO, Ricardo e PIMENTA, Luiz. Vegetação e Uso da Terra. 2016. In: SECRETARIA DO ESTADO DE PLANEJAMENTO. Atlas geográfico de Santa Catarina: Diversidade da Natureza – Fascículo 2. 2^a edição. Editora UDESC, Florianópolis, 2016.

VERGARA, Elías. Criterios claves para el ordenamiento territorial-ambiental. Espacio y desarollo, n. 11. 1999.

VIADANA, Adler. A Excursão geográfica didática: Pontal do Triângulo Minério. Rio Claro: LPM/IGCE, 2005.

VILLAÇA, Flávio. Dilemas do plano diretor. In: Fundação Prefeito faria Lima - CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas [S.l.: s.n.], 1999.

_____. As ilusões do plano diretor. São Paulo, Edição do autor, 2005.

_____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. Estudos avançados, v. 25, n. 71, 2011.

VIJ, Dimpal. Urbanization and Solid Waste Management in India: Present Practices and Future Challenges. Procedia - Social and Behavioral Sciences, v. 37, p. 437-447, 2012.

VITTE, Claudete. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. In:

VOYER, Michelle *et al.* Connections or conflict? A social and economic analysis of the interconnections between the professional fishing industry, recreational fishing and marine tourism in coastal communities in NSW, Australia. Marine Policy, v. 76, p. 114-121, 2017.

WAGNER, Madeleine *et al.* Conflicts about Urban Green Spaces in Metropolitan Areas under Conditions of Climate Change: A Multidisciplinary Analysis of Stakeholders' Perceptions of Planning Processes. Urban Science, v. 15, n.3, 2019.

WORM, Boris *et al.* Impacts of Biodiversity Loss on Ocean Ecosystem Services. Science v. 314, p. 787-790, 2006.

WU, Wenting. *et al.* Impacts of coastal reclamation on wetlands: Loss, resilience, and sustainable management. Estuarine, Coastal and Shelf Science, v. 210, p. 153-161, 2018.

XIAN, George *et al.* An analysis of urban development and its environmental impact on the Tampa Bay watershed. Journal of Environmental Management, v. 85, p.965-976, 2007.

XIMENES, Augusto *et al.* O impacto ambiental devido a política de crescimento da frota de veículos. Revista Ciências do Ambiente, v. 4, n. 2, 2008.

YANG, Jingjing; RYAN, Chris e ZHANG, Lingyun. Social conflict in communities impacted by tourism. Tourism Management, v. 35, p. 82-93, 2013.

ZHANG, Kevin e SONG, Shunfeng. Rural–urban migration and urbanization in China: Evidence from time-series and cross-section analyses Kevin Honglin. China Economic Review v. 14, p. 386-400, 2003.

ANEXOS

ENTREVISTA*

DADOS SOCIO-ECONÔMICOS

1 – Local da entrevista_____

2 – Nome_____

3 – Idade_____ 4 - Data de nascimento_____

5 – Sexo: () Feminino () Masculino

6 – Naturalidade _____

7 – Há quanto tempo mora em Garopaba? _____

8 – Bairro onde mora _____

PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Considerando o processo de desenvolvimento urbano em Garopaba, você acredita que ocorreram mudanças no meio ambiente no decorrer dos últimos 20 anos?

Quais foram essas mudanças?

Em sua opinião, além da urbanização, quais as outras causas dessas mudanças?

Quais os efeitos dessas mudanças na sua vida?



GABINETE DO REITOR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de iniciação científica intitulada “O processo de urbanização em áreas costeiras e suas implicações socioambientais: um estudo de caso em Garopaba, SC”, que fará uma entrevista tendo como objetivo conhecer o atual estado de percepção e conhecimento da sociedade civil sobre temas relacionados às transformações socioespaciais e aos impactos ambientais decorrentes do processo de urbanização no Município de Garopaba, SC. Serão previamente marcados a data e horário para as perguntas, utilizando entrevistas parcialmente estruturadas. Estas entrevistas serão realizadas em locais públicos para obter informações das populações locais e visitantes ocasionais da região objeto do estudo. Não é obrigatório participar das entrevistas ou responder todas as perguntas.

O(a) Senhor(a) não terá despesas e nem será remunerado pela participação na pesquisa. Os riscos destes procedimentos serão mínimos por envolver apenas entrevistas semiestruturadas, necessitando apenas de cerca de 15 a 20 minutos do tempo para a realização da entrevista. A sua identidade será preservada pois cada indivíduo será identificado por um número.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo poderão ser observados a curto prazo para os entrevistados, pois poderá a partir da conversa durante a entrevista apresentar a importância de se discutir e pensar sobre as transformações no município e impactos ambientais; e a médio e longo prazo para a sociedade de maneira geral, pois os resultados podem ser utilizados para o desenvolvimento de políticas públicas que visem um ordenamento territorial de forma justa, além de subsidiar discussões sobre gestão ambiental e gerenciamento costeiro.

A pessoa que acompanhará os procedimentos será a pesquisadora, estudante de pós-graduação, Manuela Bressan Pessoa (UDESC/Florianópolis).

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu



GABINETE DO REITOR

nome. Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Manuela Bressan Pessoa

NÚMERO DO TELEFONE: (48) 9 9954 5767

ENDEREÇO: Rua Santos Dumont, 110, Centro - Tubarão

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEPHS/UDESC

Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC -88035-901

Fone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cepsh.reitoria@udesc.br /

cepsh.udesc@gmail.com

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SRTV 702, Via W 5 Norte - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF - 70719-000

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: conept@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu comprehendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

Assinatura _____
_____/_____/_____.

Local: _____

Data: